

**Brasil**  
**Certificado**  
*A História da Certificação  
Florestal no Brasil*



Imaflores  
**2005**



**Secretário Executivo:** Andre Giacini Freitas  
**Coordenadora do PTC:** Patricia Cota Gomes  
**Coordenadora de Comunicação:** Priscila Mantelatto  
**Assistente de Comunicação:** Iracilda Rossini

**Conselheiros:**

**Conselho Diretor:**

André Villas Boas  
Fábio de Albuquerque  
José Adalberto Oliveira Veríssimo  
Kátia Drager Maia  
Marcelo Jorge de Paula Paixão  
Maria Célia Meirelles Toledo Cruz  
Rubens Ramos Mendonça  
Sergio Augusto Pires Esteves  
Sílvio Gomes de Almeida

**Conselho Consultor:**

Rita Mesquita  
Armin Deitenbach  
Mário Cesar Mantovani  
Richard Donovan

**Conselho Fiscal:**

Adauto Tadeu Basílio  
Erika Bechara

Todos os direitos reservados. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
Estrada Chico Mendes, 185 - Caixa Postal 411 - Piracicaba - São Paulo - CEP 13400-970  
Tel (19) 3414 4015 e-mail: [imaflora@imaflora.org](mailto:imaflora@imaflora.org) site: [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B83

Brasil certificado : a história da certificação florestal no Brasil / Imaflora. - Piracicaba, SP :  
Imaflora, 2005  
144p.

ISBN 85-98081-06-X

1. Fazendas florestais - Certificação - Brasil. 2. Florestas - Brasil - Administração. 3.  
Florestas - Conservação - Brasil. I. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. II.  
Título: A história da certificação florestal no Brasil.

05-2928. CDD 624.9560981  
CDU 630\*6(81)

15.09.05 19.09.05 011602

Copyright © 2005. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola



**Brasil  
Certificado**  
*A História da Certificação  
Florestal no Brasil*



# Sumário

- 07** Apresentação  
**É HORA DE DOCUMENTAR O BRASIL CERTIFICADO**  
*Andre Giacini de Freitas - Imaflo*
- 09** Prefácio  
**AVANÇOS E DESAFIOS PARA O FSC NO BRASIL**  
*Adalberto Veríssimo - Imazon*
- 13** Histórico da Certificação Florestal FSC  
**FLORESTAS PROTEGIDAS, DIREITOS RESPEITADOS**  
Depoimentos  
*Garo Batmanian*  
*Tasso Rezende de Azevedo*  
*Amantino de Freitas*  
*Sandra Faillace*
- 41** O Brasil na criação e implementação do FSC  
**UM LONGO PROCESSO AINDA EM CONSTRUÇÃO**  
Depoimentos  
*Lineu Siqueira Júnior*  
*Edson Vidal*  
*Tim van Eldik*
- 53** O setor florestal brasileiro e a evolução da certificação FSC  
**SINAIS EVIDENTES DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS**  
Depoimentos  
*Christopher Wells*  
*Reinaldo Poernbacher*  
*Edemilson Silva*

67

Impactos nos empreendimentos florestais  
**A CERTIFICAÇÃO COMO DIFERENCIAL E GARANTIA**

Depoimentos  
*Luis Meneses*  
*Francisco Corrêa da Cunha*

77

Qualidade de vida  
**FORMALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO**

Depoimentos  
*Carlos Alberto Guerreiro*  
*Guido Otte*  
Registros  
*São Francisco do Iratapuru/Amapá*  
*Seringal Cachoeira, Xapuri/Acre*

93

Impacto ambiental  
**UM PERCURSO INEVITÁVEL**

Depoimentos  
*Claudia Azevedo-Ramos*  
*Jose Gabriel Lopes*  
*Walter de Paula Lima*  
*Paulo Barreto*

109

Ações compensatórias  
**CAMINHOS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

*Antônio Alexandre de Andrade Patto*  
*Nilson Mendes*  
*Rubens Gomes*

123

Conclusão  
**CONQUISTAS E DESAFIOS**

## Apresentação

### É hora de documentar o Brasil certificado

A atividade florestal é de grande importância para a economia nacional e também cumpre importante papel na conservação de recursos naturais e na qualidade de vida de trabalhadores e comunidades rurais brasileiras.

O FSC - Conselho de Manejo Florestal, seus princípios e critérios e seu sistema de certificação são hoje uma realidade concreta para este setor e as demais partes interessadas. Passada mais de uma década do início da certificação pelo sistema FSC no Brasil, nos parece que chegou o momento de iniciar um processo de documentação e reflexão sobre a implantação deste instrumento em nosso país e no mundo.

Este livro é um elemento deste momento e tem por objetivo documentar os resultados positivos do sistema FSC no Brasil, por meio de casos reais nos quais a certificação contribuiu para consolidar ou incentivar mudanças ambientais, sociais ou econômicas de empreendimentos de diversas naturezas e em várias regiões.

Desta forma, Brasil Certificado também procura ilustrar a diversidade e a riqueza do setor florestal brasileiro. Adicionalmente, a obra procura resgatar a história de criação do FSC, a participação de representantes de nosso país nesse processo, suas perspectivas, desafios e conquistas naquele momento, assim como as dificuldades de implementação dos ideais definidos na sua criação.

A opção de mostrar a história e os resultados do FSC no Brasil por meio de casos reais tem o fim de demonstrar que o empenho e o investimento de muitas entidades e pessoas valeram a pena e realmente contribuíram para mudanças. Mesmo enfatizando casos reais, o livro mostra visões conflitantes sobre temas ligados ao FSC. Sucessos, dificuldades e lamentos estão presentes nos depoimentos apresentados. Optamos por manter as críticas, divergências e apontamentos de necessidades de avanços por considerarmos isto como parte do desafio do FSC. Os depoimentos não significam necessariamente a opinião do Imaflora, mas acreditamos que a análise e a apresentação de visões conflitantes podem contribuir para o seu fortalecimento.

Brasil Certificado procura demonstrar, ainda, que a certificação, com todas as limitações inerentes a esse instrumento, pode fazer diferença, registrando que a diferença é consequência da participação de diversos segmentos da sociedade, sem os quais o FSC não existiria ou não faria sentido. Também esperamos que a publicação nos permita refletir sobre lacunas onde é necessário avançar no desenvolvimento do FSC no Brasil e no mundo.

Brasil Certificado está organizado em um texto núcleo que apresenta conceitos básicos e contextualiza o setor florestal brasileiro e o FSC e mostra exemplos de sua aplicação. Permeando esse núcleo, aparecem depoimentos e textos de convidados que relatam ou analisam cenário, os casos, experiências, dificuldades e sucessos. A maior parte dos depoimentos foi coletada em um outro marco do setor florestal e da certificação FSC no Brasil: a I Feira Brasil Certificado, que ocorreu na cidade de São Paulo, entre 15 e 17 de abril de 2004. Ao final, procuramos sintetizar as conquistas desse período e apontar os desafios futuros.

Agradecemos a colaboração voluntária das pessoas entrevistadas e das demais que aceitaram o convite para acrescentar seus textos à obra. Também agradecemos aos conselheiros do Imaflora que nos incentivaram a colocar no papel o acúmulo sobre o FSC no Brasil, e a Espalhafato, que nos convenceu a fazer uma publicação que pudesse ser apreciada pelo público brasileiro e não se limitasse ao "gueto florestal".

Finalmente, agradecemos a ICCO, que financiou esta publicação e a Fundação Ford e a N(o)vib - Oxfam Holanda, pelo apoio institucional ao Imaflora.

Boa leitura!

*Andre Giacini de Freitas*  
*Secretário Executivo*  
*Imaflora*

## Prefácio

# Avanços e desafios para o FSC no Brasil

O Brasil é um país florestal no nome e na essência. O País abriga cerca de 5,5 milhões de km<sup>2</sup> de florestas (65% do seu território), o que representa aproximadamente 10% do total das florestas do mundo e a segunda maior área florestal, atrás apenas da Rússia. Essas florestas têm uma crescente importância na economia nacional. Por exemplo, em 2002, a produção de papel e celulose, madeira sólida de plantações, madeira nativa (em especial da Amazônia) e produtos não-madeireiros responderam por cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), 8% das exportações, gerando cerca de 2 milhões de empregos. Entretanto, a maioria dessa produção é oriunda de florestas nativas não manejadas e plantações não-certificadas.

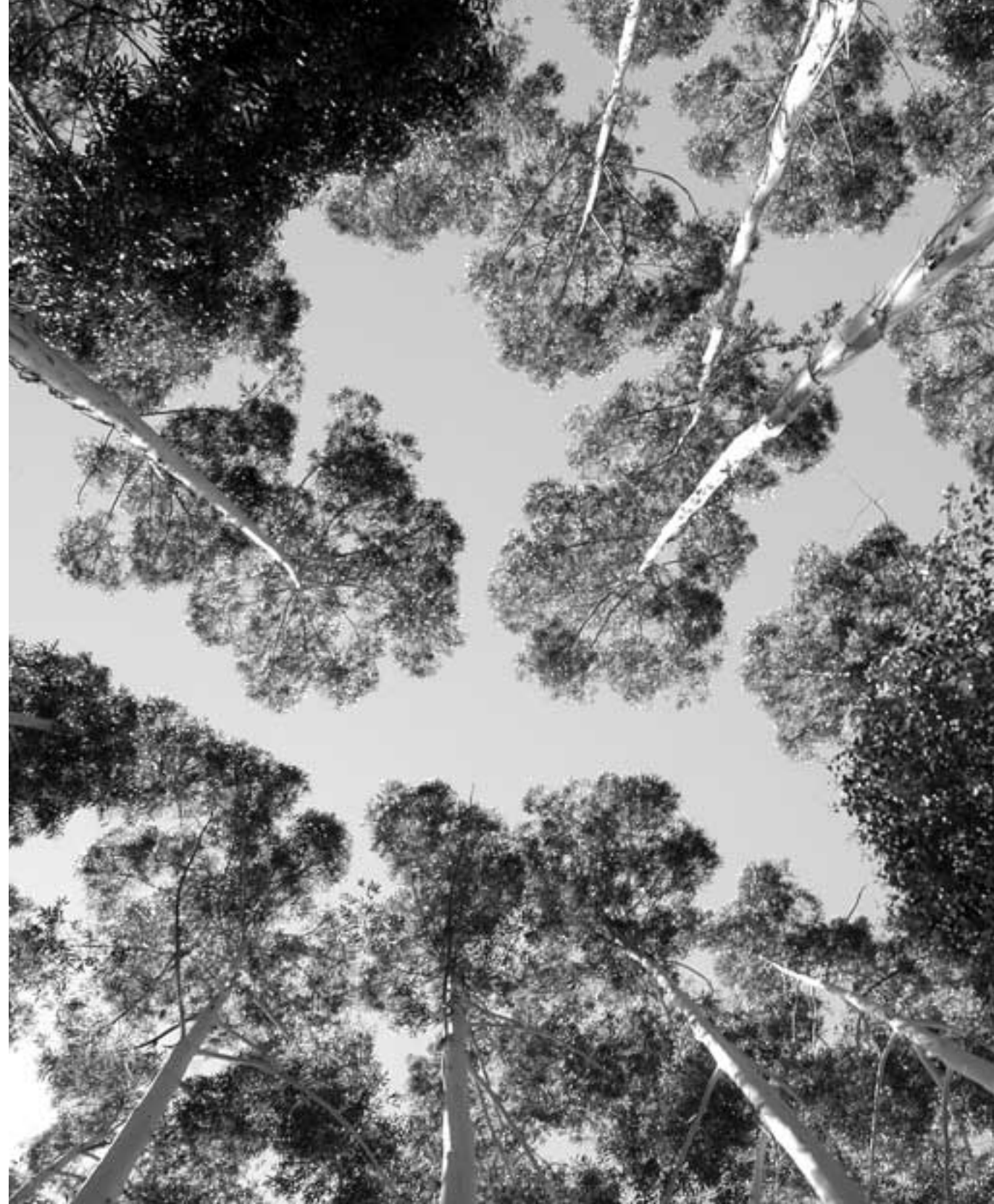
Apesar disso, o Brasil tem experimentado um avanço significativo na adoção da certificação florestal (FSC), tanto na área de plantações como nas florestas nativas da Amazônia. Em 2005, a área certificada pelo FSC no Brasil atingiu mais de 3 milhões de hectares, o que coloca o País na quinta posição mundial, atrás apenas de Suécia, Polônia, Estados Unidos e Canadá. No caso da Amazônia, as áreas certificadas de florestas naturais representam aproximadamente 1,3 milhão de hectares ou 43% do total.

Há perspectivas de um crescimento vigoroso da certificação no Brasil nos próximos anos. Esse aumento tende a ser catalisado pelas boas oportunidades de negócios criados com as exportações de produtos certificados, especialmente para a União Européia e os Estados Unidos. Por outro lado, a certificação pode ter um crescimento reduzido nos próximos anos, especialmente na Amazônia, se as questões estruturais do setor florestal brasileiro não forem enfrentadas. Essas questões são distintas nas duas regiões do País: Amazônia e Sul-Sudeste.

No caso da Amazônia, o principal problema é o caos fundiário, o que inibe a ampliação da área certificada. No Sul-Sudeste, as empresas privadas, em especial do setor de papel e celulose, estão investindo na modernização do seu parque industrial e na melhoria socioambiental de suas operações florestais. O crescimento da certificação do FSC pode ocorrer principalmente no segmento de produção de carvão para siderurgia e em áreas específicas do setor de papel e celulose.

Para que a certificação passe de um nicho especial (situação atual) para tendência de liderança nos mercados são necessárias medidas estratégicas. Primeiro: é essencial aumentar a oferta e diversidade de produtos certificados para o mercado externo tornando o Brasil uma referência na certificação florestal FSC no mundo. Depois, é crucial expandir, no mercado interno, a demanda por certificação no setor da construção civil, o principal consumidor de madeira da Amazônia. Terceiro: urge divulgar o produto certificado FSC para o grande público consumidor, gerando demanda constante em todos os segmentos da cadeia, e não apenas nos segmentos de móveis e design de luxo. Quarto: é estratégico criar novas cadeias de mercado na área de produtos não madeireiros certificados, especialmente naqueles setores onde a produção brasileira está em forte crescimento e procurando nichos de mercado global, como a indústria de cosméticos. E, por último, é necessário definir mecanismos legais efetivos para o reconhecimento da certificação nos processos de licitação de órgãos públicos e empresas estatais.

*Adalberto Veríssimo*  
*Pesquisador Sênior*  
*Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon*





## **Histórico da certificação florestal FSC**



### **Depoimentos**

**Garó Batmanian**  
**Tasso Rezende de Azevedo**  
**Amantino de Freitas**  
**Sandra Faillace**

An aerial photograph of a forest landscape. In the center-left, there is a large, circular clearing or a well-defined path that winds through the trees. The surrounding forest is dense and appears to be a mix of different tree species, creating a textured, dark green canopy. The overall scene is captured from a high angle, looking down on the terrain.

## Florestas protegidas, direitos respeitados

**D**urante a década de 80, o desmatamento das florestas tropicais no mundo seguia de forma acelerada. Alguns consumidores, principalmente europeus e norte americanos, alarmados com a relação entre o consumo de madeira e o desmatamento nos trópicos iniciaram um boicote à madeira proveniente de florestas tropicais. A lógica era que ao deixar de demandar produtos de origem tropical as florestas seriam protegidas e os direitos de populações tradicionais seriam respeitados.

Vários governos e empresas deixaram de comprar produtos florestais tropicais sob alegação de evitar o desmatamento de regiões tropicais. Em 1992, mais de 30 prefeituras na Inglaterra, cerca de 200 cidades na Alemanha e mais da metade dos municípios holandeses haviam banido o uso de madeiras tropicais.

O boicote teve pouca influência sobre o ritmo de desmatamento, uma vez que a produção de madeira não é a sua causa principal, apesar de viabilizar a infra-estrutura de acesso nas áreas de fronteira. O boicote levava à desvalorização da floresta como opção produtiva e incentivava a sua substituição por outra atividade econômica, como a agricultura e a pecuária. Gerava também um nivelamento por baixo, não reconhecendo as iniciativas sérias, que buscavam a sustentabilidade de suas operações florestais.

Mas talvez o fator mais importante para explicar o fracasso do boicote na redução do desmatamento foi o fato de que grande parte da madeira produzida nos trópicos era consumida dentro do próprio país. Dados de 1999 indicam que mais de 85% da madeira produzida na Amazônia era consumida dentro do Brasil. Um boicote e a redução do consumo externo atingiriam apenas uma pequena parcela da produção de madeira.

Por outro lado, consumidores de madeira tropical em países como os Estados Unidos e Inglaterra passaram a ter dificuldades em adquirir matéria-prima. Na região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, artesãos que fabricavam móveis e artefatos com madeiras tropicais começaram a ter suas atividades ameaçadas.



Esses artesãos reuniram-se na WARP - Woodworkers Alliance for the Rainforest Protection e promoveram, em parceria com a Rainforest Alliance, ONG baseada em Nova York, um esforço para identificar projetos florestais ao redor do mundo, nos quais a madeira era extraída em condições que conservassem a floresta. A partir desse esforço, a WARP passou a publicar uma lista de madeira de origem garantida "The Good Wood List". A lista cresceu e incorporou fontes de madeira de outros tipos de florestas e em pouco tempo começaram a surgir questões sobre os critérios para os projetos serem incorporados à lista, o que demandou a necessidade de um sistema de verificação independente desses critérios.

Entre 1991 e 1992 foram realizadas reuniões envolvendo ONGs, produtores e consumidores de madeira (Washington, La Ceiba/Honduras, São Francisco) para a elaboração de uma proposta de criação dos padrões para o bom manejo das florestas e criação de um organismo internacional de acreditação de certificadores. Era o início da criação do Forest Stewardship Council.

Durante três anos (1991-1993) foram desenvolvidos os padrões para certificação de florestas, através de um processo de consulta internacional. Entre as etapas da consulta realizaram-se estudos em 10 países, dentre os quais o Brasil. No primeiro semestre de 1993 foram realizadas quatro reuniões setoriais (empresas do setor de plantações, empresas do setor de manejo de florestas naturais, ONGs e movimentos sociais). Além disso, foi feito um extenso processo de consulta via correio para avaliar a possibilidade de criação de um sistema internacional de certificação florestal e obter contribuições específicas para os padrões internacionais de bom manejo florestal. Como resultado do processo de consulta, foram criados dois grupos informais de trabalho, um envolvendo os setores social e ambiental e outro, as empresas.

Em Outubro de 1993 foi realizada, em Toronto, a assembléia de fundação do FSC, com a participação de mais de 10 brasileiros. A reunião contou com participantes de 26 países e apenas o Canadá, país anfitrião da assembléia, tinha maior número de participantes que o Brasil. Dois brasileiros foram eleitos para a formação do primeiro Conselho Diretor do FSC (Amantino Ramos de Freitas pela câmara econômica e Juan Rueda pela câmara social).

Na Assembléia de fundação do FSC, foram aprovados os Princípios e Critérios do FSC para manejo florestal, aplicáveis para todas as florestas do mundo, e o estatuto da organização. Havia sido estabelecidas as bases do Forest Stewardship Council.





## **Garó Batmanian**

**Biólogo, Bacharel e PhD em Ecologia. Foi o primeiro Presidente do Conselho Diretor e um dos responsáveis pela criação do FSC-Brasil.**

# **O consumidor brasileiro deve ir às lojas pedir produtos com madeira certificada**

O FSC foi criado em 1993, no Canadá. O Brasil era o país com maior representação na instituição. Eram dez representantes na assembleia que o fundou, muitas das quais já participavam de fóruns internacionais sociais e também tratavam da questão do manejo florestal. Desde a sua criação, o FSC sempre teve um membro brasileiro no Conselho Diretor Internacional.

Em 1993, estabelecemos e aprovamos 10 princípios mundiais, o que eu comparo a uma constituição. Essas regras internacionais eram muito boas, mas sem especificidade suficiente para a realidade brasileira ou de qualquer outro país. A Amazônia brasileira equivale a 60% de toda aquela floresta da qual falamos com orgulho. A Amazônia é identificada internacionalmente como Brasil. Só que qualquer coisa ruim que acontece com a Amazônia também é relacionada ao Brasil. O bônus vem com ônus. E, realmente, no final da década de 80, o Brasil estava nas manchetes: 80% da madeira eram exploradas de forma predatória. Isso começou a dificultar a venda e a colocação de produtos florestais brasileiros no mercado internacional, mesmo daqueles que exploravam a floresta de forma responsável pois não tinham como "atestar" tal prática.

Em 1996, quando retornei ao Brasil com a finalidade de criar o WWF-Brasil, participei da criação do grupo de trabalho do FSC que seguia a mesma lógica da instituição internacional de paridade entre os três setores: seis ONGs sociais, seis ONGs ambientais e seis empresas. O objetivo desse grupo de trabalho era criar padrões detalhados e adequados à realidade brasileira nas duas atividades mais importantes do mercado: a exploração de madeira nativa na Amazônia e o plantio de florestas no sul do país. Então, o FSC começou no Brasil com o objetivo de criar padrões, o que não podia ser imposto por um grupo pequeno. É um processo longo de consulta. Você tem que trazer técnicos de várias especialidades, ouvir a sociedade (foram consultadas mais de 500 pessoas só na Amazônia), testar os padrões no campo para verificar se são eficientes e práticos sem serem extremamente caros etc. Esse processo levou dois anos para ser concluído.

Estruturamos o grupo em 1996 e realizamos o trabalho de 1997 a 1999. Depois, os padrões tinham que ser aprovados pelo FSC internacional para virar regra. Os padrões também tinham que ser comparados aos de outros países para manter a qualidade e a credibilidade internacional da instituição. Não adianta a madeira seguir ótimos padrões no Brasil e receber o selo do FSC, mas em outros países fronteiriços termos padrões fracos que também ostentam o mesmo selo do FSC. Tem que haver o mesmo valor social, ambiental e econômico no produto florestal que tem o selo FSC, independente do país de origem do produto.

Um dos diferenciais do FSC quanto aos outros sistemas de certificação é que ele certifica a performance. A ISO, por exemplo, certifica o processo. Estabelecemos critérios de performance e desempenho que devem ser semelhantes internacionalmente e, ao mesmo tempo, adequados à realidade e à lei de cada país.

Nos EUA e Europa começaram a fazer muitas manifestações e campanhas de conscientização ambiental e criaram mercado para o produto certificado, só que na época não havia um padrão de qualidade. No final da década de 80 existiam mais de 20 selos diferentes. As próprias empresas de venda de produtos madeireiros, empresas de varejo, buscaram o WWF, Greenpeace e Amigos da Terra, entre outras ONGs, para organizar o mercado da certificação.

Foi quando surgiu o FSC que se tornou um "guarda-chuva" de diversos outros selos. Por exemplo, o Smart Wood utilizado pelo Imaflora é anterior ao FSC. O selo da Qualifor, da SGS também. Na época, cinco selos se adequaram e se enquadraram nos padrões e regras do FSC e, por isso, ainda mantêm o nome original em separado. Já havia o processo. Empresas estrangeiras haviam criado grupos de compradores que passaram a declarar publicamente a preferência por madeira certificada. Declaravam que em cinco anos toda a madeira utilizada seria certificada e começaram a notificar os fornecedores do Brasil, Malásia etc, dando apoio e abrindo mercado. Ter o selo do FSC significa que aquele produto utilizou madeira proveniente de uma floresta bem manejada. Então, quem já tinha um produto de qualidade, queria manter os mesmos fornecedores, porém com a madeira certificada. Houve uma indução do mercado de exportação.

Voltando ao FSC-Brasil, percebemos que havia uma expansão do mercado para a certificação, mas somente nas empresas exportadoras. E o objetivo não é o de promover mercado, mas o

**Desde a sua criação, o FSC sempre teve um membro brasileiro no Conselho Diretor Internacional. Em 1993, estabelecemos e aprovamos 10 princípios mundiais, o que eu comparo a uma constituição.**

**Não adianta a madeira seguir ótimos padrões no Brasil e receber o selo do FSC, mas em outros países fronteiriços termos padrões fracos que também ostentam o mesmo selo do FSC. Tem que haver o mesmo valor social, ambiental e econômico no produto florestal que tem o selo FSC, independente do país de origem.**

bom manejo florestal e, conseqüentemente, a preservação das florestas. O consumo de madeira florestal da Amazônia é de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo. É a média da última década. Definidos os padrões, o FSC precisava se consolidar e crescer e, para isso, era necessário ser totalmente independente. E o mesmo grupo de trabalho inicial (18 integrantes) decidiu estimular a criação do FSC-Brasil, com estatuto próprio. Isso também levou um tempo.

Em 2001, quando integrava mais de 50 pessoas jurídicas, foi fundado o FSC-Brasil. Foi eleito um conselho interino para organizar a instituição, quando fui escolhido um dos 9 conselheiros e, logo em seguida, eleito presidente. Fui o primeiro Presidente do Conselho Diretor do FSC- Brasil e o Walter Suiter, o primeiro Secretário Executivo.

Hoje o FSC tem sede própria, cresceu e realizou a I Feira de Produtos Florestais Certificados FSC Brasil, fruto de todo esse trabalho. A feira foi um sucesso e mostrou a diversidade dos produtos: embalagens de perfumes, brinquedos, bandejas, mesas, chá mate, óleo de copaíba etc. – que são frutos do manejo e que vão além da madeira. Há também a diversidade de parceiros: comunidades, cooperativas ou grandes empresas. O setor madeireiro tem poucas grandes empresas. Ele é composto por muita empresa pequena e grupos familiares que, muitas vezes, têm dificuldade em fazer os investimentos necessários para se adequar a exigências como plano de manejo etc. Por outro lado, se ficar claro para eles de que a certificação é importante e que eles podem ganhar muito mais, há o interesse em mudar. O FSC investe na promoção da certificação ou eventos, mas existem limitações. Onde obter financiamento para melhorar o manejo florestal? As linhas de crédito dos bancos oficiais brasileiros não são adequadas para o manejo florestal. Os bancos oficiais tentam, mas não possuem linha de crédito com prazos e níveis de carência interessantes. O crédito florestal é muito parecido com o crédito agrícola, mas para se fazer um bom manejo florestal, por exemplo, o primeiro corte da madeira só poderá ocorrer dois ou até três anos após o início do projeto. Para se fazer um empréstimo que adota como parâmetro a questão agrícola, ele já será cobrado logo no final do primeiro ano, quando se teria a colheita. No caso do manejo, não há produção no primeiro ano de investimento. Já o manejo florestal exige um prazo de 25 a 30 anos para completar um ciclo de corte, com uma fração da

área total sendo explorada a cada ano. Então, os prazos para este empréstimo o tornam inviável.

Isso tem sido um fator “limitante” para quem deseja mudar. Há também outro fator: se a maioria das empresas menores, cerca de 86% dos que vendem no mercado brasileiro, não estão recebendo demanda de seus varejistas por produtos certificados, não sentem necessidade de certificar. Ninguém está cobrando a certificação. Por isso, tem que haver maior divulgação. Se o consumidor brasileiro começar a pedir nas lojas produtos certificados, o lojista vai exigir de seus fornecedores e assim por diante.

No Brasil, já existe cerca de 1,2 milhões de hectares de florestas certificadas pelo FSC na Amazônia. Ainda é pouco, mas isso significa que essa última década foi decisiva, pois começou-se do zero. E veja bem: a certificação é válida por cinco anos com auditorias anuais, depois tem que re-certificar. Todas as empresas certificadas há mais de 5 anos optaram pelo processo de renovação e isso é a melhor justificativa. O novo investimento significa que a certificação é realmente boa e lucrativa.

**No Brasil, já existe cerca de 1,2 milhões de hectares de florestas certificadas pelo FSC na Amazônia. Ainda é pouco, mas isso significa que essa última década foi decisiva, pois começou-se do zero.**



## **Tasso Rezende de Azevedo**

Engenheiro Florestal,  
fundador do Imaflora,  
Diretor de Programa da  
Secretaria de Biodiversidade  
e Florestas (SBF) do  
Ministério do  
Meio Ambiente

# **A novidade: tratar o manejo florestal de forma estratégica e macro**

No início dos anos 90 o manejo em florestas naturais, especialmente na Amazônia, era assunto quase unicamente de pesquisa. Embora os experimentos apontassem para a possibilidade do manejo florestal, este ainda não estava sendo colocado à prova em escala comercial.

Esta realidade acontecia em outros lugares do mundo, onde pipocavam dezenas de experiências de manejo de florestas tropicais, mas os consumidores tinham dificuldade de identificar estas experiências e discriminá-las positivamente. Foi neste contexto que, entre 1992 e 1993, surgiu o FSC - Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal. Ainda estudante de Engenharia Florestal participei das primeiras discussões sobre a certificação florestal e o FSC.

Em 1995, quando fundamos o Imaflora o FSC dava os seus primeiros passos no sentido de credenciar certificadores e desenvolver padrões nacionais de certificação. Naquele ano começamos o desenvolvimento dos primeiros padrões locais de certificação, trabalhando com manejo de caixetas na Mata Atlântica e, logo depois, castanha do Pará e borracha na Amazônia. A partir destes processos, em 1996, foi formado o grupo de trabalho do FSC no Brasil, que começou a desenvolver os padrões para certificação de plantações e florestas naturais no país.

A idéia de desenvolver uma instituição local para fazer certificação partiu da necessidade de se internalizar os conhecimentos do manejo florestal e da própria certificação e, ao mesmo tempo garantir que as avaliações e auditorias levassem em conta, de forma decisiva, o conhecimento e experiências locais.

Na Amazônia, a primeira área certificada foi a Mil Madeiras, hoje a Precious Woods Amazon. A empresa tinha sido pioneira na implantação, em escala, do modelo de exploração florestal de baixo impacto ainda em 1994 e, em 1996, teve o seu primeiro ano operacional, atingindo a certificação em 1997.

Os primeiros processos de certificação de florestas naturais (Mil Madeira, plantações (Klabin do Paraná) e manejo comunitário (Seringal Cachoeira no Acre) permitiram tirar inúmeras lições sobre a realidade social, econômica e ambiental do manejo florestal e as formas de lidar com o balanço entre eles.

Nesta época, as organizações não governamentais que trabalham com o tema de manejo florestal estavam voltadas a projetos pilotos em determinadas regiões. Algumas organizações, como o Imaflora, o Imazon e a Fundação Floresta Tropical passaram a tratar do manejo florestal de forma mais ampla, buscando soluções de impacto em políticas públicas.

A criação de cursos de manejo florestal da Fundação Floresta Tropical é fruto deste processo. Em 1995 estávamos fazendo a primeira avaliação para certificação de floresta tropical, em Portel, no Pará. Estávamos na mesma equipe: Richard Donovan, o diretor do programa e uma das primeiras pessoas a trabalhar na FSC; o Johan Zweede, um mestre do manejo florestal, hoje o diretor da Fundação Floresta Tropical e a Ana Fanzeres que tinha acabado de sair do Greenpeace para iniciar o doutorado em Gensville. Durante uma das saídas a campo identificamos uma série de problemas na avaliação que pareciam de fácil solução com um treinamento adequado. O Johan Zweede, que tem muita prática de manejo florestal tinha acabado de fazer os testes que deram origem ao livro sobre manejo florestal do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - Imazon.

Durante uma conversa nossa decidiu-se o primeiro curso sobre manejo, para garantir que a atividade fosse bem executada. Deste curso participaram muitos que hoje são responsáveis pelo manejo florestal comunitário Brasil afora.

A Fundação Floresta Tropical - FFT oferecia cursos de manejo florestal, e nós do Imaflora promovíamos cursos sobre a certificação, o processo de avaliação etc, enquanto o Imazon desenvolvia e divulgava pesquisas sobre o manejo. Estas foram as três primeiras organizações brasileiras que trabalharam para o manejo florestal *lato sensu* e não só como um projeto local.

Desde as primeiras certificações, de 1997 a 1999, ainda havia muita desconfiança sobre o real potencial da certificação porque poucos empreendimentos haviam sido certificados e ainda eram casos especiais e atípicos. Porém, quando empresas tradicionais co-

**Desde as primeiras certificações, de 1997 a 1999, ainda havia muita desconfiança sobre o real potencial da certificação porque poucos empreendimentos haviam sido certificados e ainda eram casos especiais e atípicos. Porém, quando empresas tradicionais começaram a certificar áreas de manejo florestal atraíram a atenção de outros produtores do setor.**

**Em abril de 2000 foi fundado o grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados, integrado por 59 empresas (indústrias, varejistas e designers), 2 governos estaduais (Acre e Amapá) e uma prefeitura (Guarujá-SP). Dois sindicatos moveleiros (de Brasília e do Pará) também fazem parte deste grupo. Juntas, essas organizações demandam hoje 1.000.000 m3 de madeira bruta certificada.**

mo a Gethal, Juruá e a Cikel – começaram a certificar áreas de manejo florestal atraíram a atenção de outros produtores do setor. O pessoal pensava assim: “se essas duas empresas nacionais (Cikel e Juruá), que não têm capital estrangeiro, estão fazendo, a certificação deve ser interessante”

Um fator importante para o início da certificação foi que a sociedade, em 95 e 96, não tinha opção. Ou paravam as atividades ou investiam na adequação porque muitas campanhas, como a do Greenpeace, diziam “não” às madeiras, assim, de forma genérica. Mas mesmo estas organizações também evoluíram em suas posições uma vez que começaram a conhecer as atividades dos empreendimentos certificados. Um marco neste sentido foi a visita de todos os *forest campaigners* do Greenpeace a Mil Madeiras em 1999. Cerca de 60 pessoas, representantes do mundo inteiro, passaram três dias reunidos em Itacoatiara, visitando a empresa e acompanhando seu funcionamento. Alguns meses mais tarde o Greenpeace anunciava a mudança de sua política para Amazônia, na qual passou a promover a conservação das florestas admitindo o manejo florestal, desde que nos termos rígidos dos princípios e critérios do FSC.

Ainda em 1999 surgiram os primeiros manejos florestais comunitários que se candidatavam à certificação. A demora no amadurecimento das primeiras operações de manejo comunitário já estava quase virando um trauma para o Imaflora. Afinal, a organização vinha trabalhando desde o seu início para criar mecanismos e instrumentos para apoiar as comunidades a desenvolverem o manejo florestal e obterem a certificação. A primeira certificação florestal comunitária aconteceu no final de 2001.

Após desenvolver a mecânica da certificação e instrumentos para viabilizar o manejo, como as atividades de treinamento, resolvemos investir na ponta do mercado. Numa pesquisa realizada em 1999 entre Imaflora, Imazon e Amigos da Terra detectamos que mais de 85% da madeira consumida na Amazônia era consumida no mercado interno. Assim, era fundamental que este consumidor demandasse produtos de origem sustentável.

A partir daí colocamos como meta criar o primeiro Grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados do hemisfério sul. Não foi um processo simples. Tínhamos que convencer alguém que devia exigir madeira certificada, mesmo ainda havendo uma oferta muito pequena de produtos certificados.

Este alguém tinha que consumir pouca madeira e vender com alto valor agregado, porque pagaria mais caro pela madeira certificada, devido à sua escassez. Mas precisava ser um público formador de opinião para influenciar o mercado para demandar produtos certificados.

Então eu e o Fabiano Costa, que então cuida do Programa de Desenvolvimento de Mercado de Produtos Certificados do Imaflora, compramos uma revista de design de móveis e fizemos uma lista dos dez principais designers brasileiros que produziam peças com madeira. Montamos uma pasta com material sobre a FSC e visitamos um por um. Hoje, dos dez que foram visitados, oito são certificados, entre eles, o André Marx, o primeiro designer brasileiro a conquistar, em novembro de 1999, o selo verde de certificação florestal pelo FSC. Foi a primeira microempresa da América Latina a receber o certificado.

Desses contatos surgiu a conversa com a Tok&Stok, que, em 1999, iniciou o Programa Madeira Certificada com o objetivo de conscientizar seus funcionários e fornecedores sobre a importância dessa matéria-prima. Firmamos contrato com a Tok&Stok e Ethel Carmona, entre outros, que assinaram termos de compromisso individuais se comprometendo a trabalhar com produtos certificados. Quando tínhamos 10 termos de compromisso surgiu a proposta de fundar o grupo de compradores.

Em abril de 2000 foi fundado o grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados, integrado por 59 empresas (indústrias, varejistas e designers), 2 governos estaduais (Acre e Amapá) e uma prefeitura (Guarujá-SP). Dois sindicatos moveleiros (de Brasília e do Pará) também fazem parte deste grupo. Juntas, essas organizações demandam hoje 1.000.000 m3 de madeira bruta certificada, podendo chegar ao dobro disso, ou 2 milhões de m3/ano, caso toda a sua produção seja de madeira certificada. Cerca de 90% da madeira certificada adquirida pelo Grupo é de Eucalipto e mais da metade (entre 60% e 70%) é utilizada em produtos destinados à exportação.

Isso foi interessante porque já existiam grupos de compradores desde o início do FSC – os *Buyers Groups* –, nos quais ninguém acreditava no Brasil. O pessoal achava que isso era coisa de europeu, do primeiro mundo. E provamos que não era bem assim ao conseguirmos um movimento que reuniu cerca de 100

**Já existiam grupos de compradores desde o início do FSC, nos quais ninguém acreditava no Brasil. O pessoal achava que isso era coisa de europeu. Provamos que não era bem assim ao conseguirmos reunir cerca de 100 empresas.**

**A idéia de desenvolver uma instituição local para fazer certificação partiu da necessidade de se internalizar os conhecimentos do manejo florestal e da própria certificação e, ao mesmo tempo, garantir que as avaliações e auditorias levassem em conta, de forma decisiva, o conhecimento e experiências locais.**

empresas e já no primeiro momento cerca de 50 aderiram ao grupo. Parte da I Feira de Produtos Florestais Certificados FSC Brasil, realizada em abril de 2004, em São Paulo, foi resultado da consolidação deste grupo de compradores que hoje tem cerca de 100 empresas. Foi naquele momento que se começou a falar em mercado de madeira certificada e que surgiu o interesse maior do pessoal envolvido com o manejo florestal.

Em 2003 fui trabalhar na Diretoria do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente e toda esta experiência tem servido de inspiração para promover as grandes mudanças estruturais necessárias para criar um ambiente institucional propício a promoção da conservação e manejo das florestas do Brasil.



**Amantino de Freitas**

Engenheiro, Presidente  
da SBS - Sociedade  
Brasileira de Silvicultura

## **A base de todo o sistema FSC é a credibilidade**

Trabalhando na área de tecnologia da madeira desde os tempos da universidade, minha participação no FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal) começou via SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura. Em 1993, durante o VII Congresso Florestal, realizado em Curitiba, tomamos conhecimento de que estava sendo organizada uma entidade internacional com a finalidade de certificar produtos florestais. Desde aquela época a SBS já se preocupava com a origem sustentável da madeira, tanto assim que, em 1991, no Congresso Mundial Florestal da FAO, em Paris, lançou o Cerflor: programa de certificação florestal.

Soubemos que haveria uma reunião em Toronto, Canadá, para a fundação do FSC. Uma diretoria interina, formada por um grupo de pessoas que se reuniu durante cerca de um ano e meio, preparou uma minuta de estatuto dessa nova organização e convocou representantes de vários países produtores e consumidores de madeira para a assembléia de fundação do FSC e eleição de sua primeira diretoria. Essa diretoria era composta por quatro representantes da área social, três representantes da área ambiental e dois da área econômica, num total de nove pessoas. Havia também um corte Norte-Sul: eram quatro representantes de países desenvolvidos e cinco de países em desenvolvimento. Eu participei de todo o processo representando a SBS e fui eleito como representante do setor econômico sul.

Desde o final da década de 80 e início de 90 a discussão sobre a sustentabilidade das florestas mobilizava principalmente os mercados importadores, envolvendo não só as florestas tropicais, mas também as boreais e temperadas. Com essa preocupação, o grupo de pessoas que integrava o corpo interino do FSC promoveu várias reuniões em vários países para estudar a melhor forma de universalizar a certificação florestal.

No Brasil, teoricamente, toda madeira comercializada tanto no mercado interno como no externo necessitava de um plano de manejo aprovado pelo Ibama. Digo teoricamente porque toda a madeira deveria ser proveniente de "bons projetos de

**Desde o final da década de 80 e início de 90 a discussão sobre a sustentabilidade das florestas mobilizava os mercados importadores, envolvendo não só as florestas tropicais, mas também as boreais e temperadas. Com essa preocupação, o FSC promoveu reuniões para estudar a melhor forma de universalizar a certificação florestal.**

manejo". Mas não era isso que ocorria aqui e também em outros países. Já existiam sistemas de certificação, entre outros, na Malásia e na Indonésia, etc. E as florestas nesses países estavam sendo devastadas rapidamente. A médio prazo corriam o risco de passar de produtores a importadores de madeira, como aconteceu nas Filipinas.

Foi diante desse quadro que um grupo de pessoas se reuniu envolvendo os grandes exportadores, importadores e até mesmo os lojistas de móveis e outros objetos em madeira que estavam preocupados com a possibilidade da ocorrência de boicotes por parte de seus clientes. Como parte integrante da cadeia de comercialização, não poderiam sobreviver à perda de seus mercados. O apoio à criação de um selo e normas internacionais de certificação florestal foi também uma estratégia de sobrevivência para todos os envolvidos no setor. Resolveu-se, então, criar um selo que fosse aceito universalmente, com bases técnicas bem fundamentadas para identificar o bom produto ou o bom produtor.

O maior desafio foi reunir, num mesmo momento, a demanda e a oferta do produto certificado dentro das especificações técnicas exigidas pelo selo. Os que apoiavam a criação de um mercado de madeira certificada já tinham grande demanda pelo produto que ainda não existia. Falava-se em bilhões de dólares, mas não havia madeira certificada. Afinal, era um processo demorado de adequação dos produtores às normas de certificação. Quase houve um problema muito sério de perda de credibilidade, pois nem mesmo os certificadores tinham ferramentas adequadas para trabalhar e oferecer o produto. O FSC demorou em torno de dois anos e meio até credenciar os primeiros quatro certificadores. Com isso, os compradores, ávidos para receber a madeira, começaram a se frustrar. Diziam: "nós geramos a demanda e vocês não entregam os produtos!".

O FSC teve que fazer um esforço enorme para agilizar o processo e os certificadores tiveram que ter muita paciência, até que se consolidassem as normas e padrões de qualidade do bom manejo florestal, essenciais para manter a credibilidade - base de todo o sistema FSC.

A grande vantagem desse sistema é que ele é todo voluntário. Talvez, se fosse obrigatório por lei, não fosse tão eficiente. Muitas vezes as leis não funcionam. O apoio do governo seria inte-

ressante no sentido de comprar madeira certificada, tendo melhor preço e qualidade. Mas sem se envolver diretamente porque um certificado oficial não funciona em país algum. O governo pode e deve apoiar e reconhecer a certificação, mas não deve haver qualquer ingerência. Aliás, os estatutos do FSC não permitem o envolvimento de entidades governamentais, nem como sócias.

Atualmente, o grande mercado para a madeira certificada é o externo, mas já começam a surgir grupos de empresas nacionais que estão investindo na comercialização de produtos certificados. O empresário busca o selo porque o cliente o está exigindo. Sem a certificação fica difícil a venda para certos mercados importadores, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

A relação Norte-Sul sempre provocou discussões referentes ao FSC, principalmente por parte das organizações sociais, sobre a possível ou suposta imposição de regras do Norte para o Sul. Mesmo internamente no FSC há essa preocupação. Representantes das áreas sociais destacam não acreditar que haja recursos suficientes para se fazer um bom trabalho no Sul e entendem que os países do Norte devem contribuir e investir para melhorar as condições da certificação no Sul. Isso é sempre ressaltado pelos setores sociais porque no setor ambiental, e especialmente no econômico, os resultados da certificação são evidentes e bem mais visíveis.

**Atualmente, o grande mercado para a madeira certificada é o externo, mas já começam a surgir grupos de empresas nacionais que estão investindo na comercialização de produtos certificados. O empresário busca o selo porque o cliente está exigindo.**



## Sandra Faillace

Mestre em Antropologia  
Social pelo Programa  
de Pós-Graduação  
em Antropologia Social/  
Museu Nacional/Universidade  
Federal do Rio de Janeiro

## O selo do FSC significa a legalidade

Quando da Rio-92, a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada na cidade do Rio de Janeiro, o debate de fundo era a crescente preocupação pública mundial sobre os efeitos danosos do modelo de produção e consumo dominantes globalmente.

Como tema diretamente vinculado a este debate estavam as florestas, em função:

- da constatação da perda de qualidade das florestas temperadas devido às chuvas ácidas advindas da poluição industrial;
- da drástica redução das florestas em todo o mundo – especialmente nos países tropicais onde 50% das florestas haviam sido devastadas nos últimos 100 anos;
- da perda de biodiversidade atrelada a esta;
- das alterações climáticas;
- da implantação de extensas monoculturas de árvores (eucaliptos especialmente) nos países subdesenvolvidos para a produção de papel e celulose à custa das florestas nativas, da agricultura familiar e das populações habitantes das florestas.

Havia, neste período, um amplo debate sobre a questão do desmatamento das florestas tropicais, principalmente nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra com discussões sobre quais ações seriam mais eficazes para reduzir o desmatamento e seus impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, conservando as florestas. Boicotes eram realizados nos dois lados do Atlântico, junto aos consumidores europeus, norte-americanos e canadenses, afetando fortemente a indústria madeireira destes países. Vale lembrar que o símbolo do boicote foram os altos índices de desmatamento da Amazônia Legal, divulgados em 1989, no qual o desmatamento atingira as maiores taxas de sua história, ultrapassando em dez anos os mais de quatrocentos anos do período de ocupação da Amazônia.

Os boicotes não surtiram ganhos significativos para a conservação das florestas tropicais. Recosas de novas pressões, as grandes redes varejistas de produtos florestais do "Norte"

incentivaram a criação de certificado de origem, ou seja, a criação de selos verdes para identificar a "boa origem" dos produtos. Só que a profusão destes selos causou uma poluição de mensagens ao consumidor, resultando no uso ineficiente dos mesmos e no crescente descrédito por parte do consumidor.

Nos Estados Unidos, o debate foi ampliado a partir de uma associação nacional de artesãos da madeira composta por "designers", marceneiros, empresários de diversas escalas que haviam incorporado a variável ambiental como forma de obter novos mercados pela diferenciação de produto. Vários deles eram, também, ativos ambientalistas.

Foram incorporados ao debate vários outros segmentos como acadêmicos, organizações ambientalistas, organizações sindicais de trabalhadores florestais, empresas varejistas de produtos florestais dos EUA e Europa, fundações norte-americanas e entidades de cooperação internacional interessadas no tema. Este grupo passou a se dedicar à criação de uma entidade internacional que pudesse fornecer um único selo verde para produtos florestais, com credibilidade internacional, visando garantir a origem da madeira negociada no mercado internacional, fazendo contraponto, portanto, aos boicotes e a multiplicidade de selos reinante no final da década de 1980.

Em 1992 eu trabalhava na Fase-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, localizada no Rio de Janeiro, que estabelecera parceria com o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em um projeto de pesquisa sobre os impactos socioambientais da expansão da monocultura de plantações de eucalipto no norte do Espírito Santo e extremo-sul da Bahia. Trabalhávamos de forma a entender os impactos ocorridos naquela região e, em parceria com sindicatos, organizações não-governamentais e os movimentos populares locais, compartilhar informações que pudessem se tornar instrumentos na luta política de enfrentamento destes grupos sociais ante a avassaladora presença da indústria florestal na região, especialmente as empresas Aracruz Celulose e Bahia-Sul Celulose.

Durante a Rio-92, circulou o documento embrionário sobre a entidade internacional a ser criada visando à conservação das florestas tropicais, garantindo a origem da madeira, dando atenção às questões sociais. Era mais um, dentre os muitos

**Boicotes eram realizados nos dois lados do Atlântico, junto aos consumidores europeus, norte-americanos e canadenses, afetando fortemente a indústria madeireira destes países. Vale lembrar que o símbolo do boicote foram os altos índices de desmatamento da Amazônia Legal, divulgados em 1989, no qual o desmatamento atingira as maiores taxas de sua história.**



**Os boicotes não surtiram ganhos significativos para a conservação das florestas tropicais. Receosas de novas pressões, as grandes redes varejistas de produtos florestais do "Norte" incentivaram a criação de certificado de origem, ou seja, a criação de selos verdes para identificar a "boa origem" dos produtos. Só que a profusão destes selos causou uma poluição de mensagens ao consumidor, resultando no uso ineficiente dos mesmos e no crescente descrédito por parte do consumidor.**

documentos que circularam durante a Conferência da ONU, e não foi discutido com profundidade naquele momento. No entanto, o grupo que estudava a fundação do FSC continuou o seu trabalho: procedeu a um estudo da questão florestal em nove países do mundo, o Brasil incluído. No início de 1993, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBMOS), bastante articulado e fortalecido com a Rio-92, foi um dos segmentos consultados pelo coordenador deste trabalho no Brasil.

Quando a discussão chegou até nós, que estávamos envolvidos diretamente na questão dos impactos da monocultura de plantações florestais, debatemos com as demais entidades do Fórum sobre o fato da abordagem estar mais voltada para a opinião do setor florestal-celulósico, com pouca atenção às questões socioambientais. E tendo o documento preliminar do FSC já indicado os 10 princípios do FSC e as dezenas de critérios a serem adotados. Bem, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais reagiu de forma contundente à consulta nacional e conseguiu interferir no processo em curso, com a realização de duas reuniões em Brasília (DF), que contou com a participação de várias das entidades-membro para decidir a participação na reunião de assembleia de fundação da tal entidade internacional que iria definir regras para o manejo florestal no mundo.

O grupo organizador da assembleia do FSC ofereceu custear a ida de 3 a 4 representantes do Brasil. Entendemos que eram poucas as vagas oferecidas considerando a diversidade, no Brasil, de segmentos sociais que seriam potencialmente afetados. Além do mais, a consulta realizada no Brasil mobilizou o setor industrial de plantações florestais, que iria enviar uma grande delegação para a assembleia do FSC.

Nós temíamos ficar em desvantagem, mas conseguimos equilibrar o quadro com a participação de mais e fortes organizações de importância regional, nacional e internacional. A Greenpeace Brasil conseguiu que outras organizações ambientalistas européias custeassem a participação de mais 3 representantes brasileiros da área social. Sendo assim, pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais foram a FASE (Sandra Faillace), o Conselho Nacional dos Seringueiros ("Gatão" e Juan Carlos Rueda), a Fundação SOS Mata Atlân-

tica (João Paulo Capobianco), o NDI - Núcleo de Direitos Indígenas (Sergio Leitão), o Vitae Civilis (Rubens Born) e o WWF (José Carlos Libâneo). Dentre as delegações nacionais, a brasileira foi a maior, com aproximadamente 20 pessoas (há que conferir com os documentos da época).

Nosso objetivo era interferir neste processo que contava com duas fortes vertentes: uma, queria viabilizar de qualquer forma o FSC, acreditando que seria a forma de conter a ilegalidade da exploração madeireira e manter um controle social sobre as grandes corporações do setor; e a outra vertente estava receosa em criar a entidade preocupada com a possível dominação do processo pelo setor econômico em âmbito mundial.

A Assembleia Fundadora do FSC ocorreu na cidade de Toronto, Canadá, entre 5 e 7 novembro de 1993, sob um ritmo intenso, frenético e tenso. Contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas de todos os continentes representando um espectro diversificado de setores: ONGs ambientalistas e da área social, certificadores, consultores, acadêmicos, representantes de governos, empresários do setor florestal (áreas industrial e comercial), movimentos e organizações sociais ligadas às questões indígenas e camponesas.

O objetivo era criar uma entidade internacional para promover o manejo de florestas em todo o mundo de forma ambientalmente apropriada, socialmente justa e economicamente viável, através do estabelecimento de um conjunto de parâmetros consistentes e confiáveis – princípios e critérios do manejo florestal –, amplamente reconhecidos e respeitados.

Muitas eram as posições divergentes no encontro de Toronto, por exemplo, quanto ao:

- conteúdo dos princípios e critérios e sua redação;
- formas de equilibrar o poder político de todos os segmentos envolvidos (setores econômicos, social e ambiental; representação hemisfério Norte e Sul, etc.);
- ao tipo de florestas a serem incluídas. Houve muitos embates com o setor econômico como um todo, acaloradas discussões entre ONGs do Norte e do Sul, e entre ambientalistas e lideranças sociais de diferentes regiões do mundo.

As reuniões formais e as paralelas envolveram todas as entidades participantes, incluindo representantes de governos como

**O grupo que estudava a fundação do FSC procedeu a um estudo da questão florestal em nove países do mundo, o Brasil incluído. No início de 1993, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBMOS), bastante articulado e fortalecido com a Rio-92, foi um dos segmentos consultados.**

**O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais reagiu de forma contundente à consulta nacional e conseguiu interferir no processo em curso, com a realização de duas reuniões em Brasília, que contou com a participação de várias das entidades-membro para decidir a participação na reunião de assembléia de fundação da tal entidade internacional que iria definir regras para o manejo florestal no mundo.**

os do Canadá e da Áustria, e várias reuniões foram até 4h ou 5h da manhã, para às 9hs do dia seguinte recomençar a reunião oficial.

A delegação brasileira foi muito contundente na defesa de suas propostas na assembléia fundadora do FSC, negociando continuamente junto aos diversos setores ali representados. Afinal, vínhamos do processo exitoso da Rio-92, uma reunião portentosa da ONU realizada no Brasil e com grande mobilização da sociedade civil nacional e internacional, e com o tema do desenvolvimento sustentável colocado definitivamente na agenda política internacional.

Dá para dizer que a delegação brasileira viabilizou a fundação da assembléia fundadora do FSC. Aceitamos a participação do setor econômico nas instâncias de decisão, o que levou a fortes atritos com ONGs da Europa e da Ásia. Algumas se retiraram do processo de votação, garantindo, entretanto, aos segmentos sociais e ambientais assento em maior número no Conselho Diretor, com poder de representação por segmento e sub-região e voto paritário com o setor econômico.

Propusemos, por exemplo, o mecanismo de resolução de disputa que foi aceito na Assembléia Fundadora, porém, só foi incorporado pelo FSC dois ou três anos após a sua fundação quando a instituição passou a enfrentar disputas quanto às decisões do Conselho Diretor, ou de entidades certificadoras. O mecanismo mudou de nome, mas era o que havíamos proposto em Toronto.

Além disso, a delegação brasileira conseguiu eleger dois representantes brasileiros no primeiro Conselho Diretor (Interino) do FSC até a aprovação definitiva dos P&C do FSC, marcada para setembro de 1994: um representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e um representante do setor industrial florestal.

Na volta ao Brasil, as organizações que estiveram em Toronto decidiram por proceder a um processo de consulta nacional sobre a decisão de participar do processo de revisão dos documentos para a fundação efetiva do FSC em setembro de 1994. A participação não se deu no mesmo grau porque algumas das ONGs presentes em Toronto passavam por mudanças profundas institucionais, não podendo dedicar o

tempo necessário ao intenso trabalho que se seguiu.

Após setembro de 1994, houve um refluxo, no Brasil, no acompanhamento do FSC. O grupo original foi, então, reformulado, passando a coordenação política do assunto ao Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Em 1997 o FSC-Brasil foi estruturado, contando com apoio financeiro e institucional do WWF Brasil. No FSC, eu representava a FASE na câmara social.

O FSC Brasil foi feito à semelhança do FSC internacional, com representação paritária dos segmentos sociais, ambientais e econômicos, totalizando 18 membros, com decisões tomadas por consenso, e na sua impossibilidade, por voto. Os representantes das empresas certificadoras e do governo federal eram convidados como observadores das reuniões, mas sem poder de voto. Foram criados grupos de trabalho para desenvolver padrões nacionais para plantações florestais e para florestas de terra firme, seguidos de GTs para outros temas, conforme a demanda crescia.

Esforços de organizações envolvidas com a certificação em suas instituições, dentro e fora do GT FSC-Brasil, contribuíram em muito para o avanço da divulgação do manejo florestal de baixo impacto junto a empresários, consumidores, governos estaduais e municipais. Tivemos apoio do governo federal em seminários, oficinas de trabalho, e mudanças na legislação para manejo comunitário. Tais esforços tiveram como resultado o aumento da área certificada pelo FSC no Brasil tanto em plantações florestais, como em florestas.

Com a aprovação pelo Conselho Diretor do FSC dos padrões brasileiros para plantações florestais e floresta de terra firme, o Grupo de Trabalho pôde se tornar uma organização autônoma – o Conselho de Manejo Florestal Brasileiro –, com existência jurídica, reconhecida pelo FSC internacional, com sede em Brasília, DF, atuante desde sempre na promoção da certificação florestal do FSC no Brasil.

Em 1997 fui escolhida pelo Grupo Social do FSC para compor a Comitê de Planejamento Estratégico do FSC, que durante os anos de 1997 e 1998 se dedicou a pensar estrategicamente o futuro do FSC para um período de 5 anos. O Grupo Social do FSC reúne os membros da câmara social

**Nosso objetivo era interferir neste processo que contava com duas fortes vertentes: uma, queria viabilizar de qualquer forma o FSC, acreditando que seria a forma de conter a ilegalidade da exploração madeireira e manter um controle social sobre as grandes corporações do setor; e a outra vertente estava receosa em criar a entidade preocupada com a possível dominação do processo pelo setor econômico em âmbito mundial.**

**Dá para dizer que a delegação brasileira viabilizou a fundação da assembléia fundadora do FSC. Aceitamos a participação do setor econômico nas instâncias de decisão, o que levou a fortes atritos com ONGs da Europa e da Ásia. Algumas se retiraram do processo de votação, garantindo, entretanto, aos segmentos sociais e ambientais assento em maior número no Conselho Diretor, com poder de representação por segmento e sub-região e voto paritário com o setor econômico.**

Norte e Sul do FSC, e tem como objetivo articular seus membros e propor políticas ao FSC relacionadas a temas sociais da certificação florestal tais como os direitos sociais, culturais, econômicos e políticos de populações indígenas, de populações tradicionais, de trabalhadores da área florestal; manejo florestal comunitário e empreendimentos de pequena escala (realizados por pequenos proprietários).

A contínua ação no Grupo Social do FSC, o trabalho intenso de articulação dentro da Câmara Social do FSC (também no Brasil) com o objetivo de levar o maior número possível de moções de interesse da câmara social para a II Assembléia Geral do FSC, além da articulação da aprovação das moções junto às ONGs ambientalistas, resultou na indicação, por este mesmo Grupo Social, do meu nome (e, portanto, da FASE) a concorrer a um assento no Conselho Diretor do FSC, em 1999. Fui vice-presidente da entidade, reeleita para um segundo mandato que não terminei por ter mudado de posição profissional, não podendo mais representar a FASE no FSC.

A aprovação das moções sociais, por unanimidade, na II Assembléia Geral, em 1999, sinalizou a necessária ênfase do FSC para os temas sociais, juntamente com o firme propósito do FSC de confirmar a sua posição, no cenário internacional de certificação florestal, de referência no debate do manejo florestal responsável.

Particpei, portanto, do Conselho Diretor do FSC com o objetivo de fortalecer a presença das organizações sociais na entidade, obter maior atenção institucional às questões sociais, à presença de representações nacionais ou regionais do FSC em regiões de florestas de alto valor de biodiversidade, e de fortalecer a posição institucional do FSC no cenário mundial de certificação florestal.

Neste contexto, o FSC conseguiu avançar com uma agenda social mais robusta. Tanto que em 2001, o mote da Conferência Anual do FSC foi "Florestas para as Pessoas": membros e observadores do FSC das 3 câmaras debateram questões de acesso à certificação para os 3 segmentos sociais do FSC – indígenas, comunitários/pequena escala e trabalhadores florestais – usualmente vistos como marginalizados.

Foi gerado um Documento Estratégico Social do FSC (2001)

inserido no planejamento estratégico da entidade para os 5 anos seguintes. Isto resultou, por conseguinte, no processo de revisão dos Princípios 2 e 3 do FSC, que se referem aos direitos das comunidades e populações indígenas; do Princípio 4, relativo à segurança dos trabalhadores da área florestal e comunidades afetadas pelas atividades florestais. E também à revisão do Princípio 10, relativo ao manejo de plantações florestais.

O FSC influencia de forma marcante o debate mundial sobre manejo florestal tendo provocado, tanto no "Norte" quanto no "Sul", uma revisão de paradigmas no manejo florestal em âmbito mundial: as florestas não são apenas volume de madeira, mas também, os produtos florestais não-madeireiros, a sociobiodiversidade e os serviços ambientais. E hoje, por causa do FSC, é impossível falar em manejo florestal sem consideração dos valores sociais, ambientais e econômicos sob uma mesma ótica, mesmo para os sistemas de certificação concorrentes ao FSC.

Os benefícios trazidos pela certificação florestal nos moldes do FSC são variados, quais sejam, é um instrumento possível de regulação social; permite controle social sobre as atividades das grandes empresas, o que leva à cobrança de responsabilidade social do empresariado; insere questões de direitos sociais, econômicos, políticos, culturais em uma relação a priori exclusivamente de mercado (produtor/ consumidor); exige a resolução de conflitos fundiários; exige a resolução de conflitos com comunidades locais, ou populações indígenas, ou populações tradicionais e com os trabalhadores florestais.

Além do cumprimento de garantias sociais mínimas aos trabalhadores e populações afetadas por empreendimentos florestais de médio e grande impacto; a certificação florestal sob os moldes do FSC indica a necessária proteção da diversidade biológica e seus valores, tais como recursos hídricos, a proteção de ecossistemas e paisagens singulares e frágeis; a necessidade de manutenção das funções ecológicas e a integridade da floresta; a necessidade de proteger as espécies raras ou ameaçadas de extinção e seus habitats. Provoca, também, reação em cadeia no mercado, influenciando concorrentes, distribuidores e fornecedores; atinge a área industrial como, por exemplo, mudanças nos procedimentos, no ma-

**O FSC Brasil foi feito à semelhança do FSC internacional, com representação paritária dos segmentos sociais, ambientais e econômicos, totalizando 18 membros, com decisões tomadas por consenso, e na sua impossibilidade, por voto.**

**O FSC influencia de forma marcante o debate mundial sobre manejo florestal tendo provocado, tanto no "Norte" quanto no "Sul", uma revisão de paradigmas no manejo florestal em âmbito mundial: as florestas não são apenas volume de madeira, mas também, os produtos florestais não-madeireiros, a sociobiodiversidade e os serviços ambientais.**

quinário, aprendizado no processamento de diferentes espécies florestais, no caso de nativas.

Contribuí, igualmente, para a formação de um consumidor-cidadão no Brasil, uma vez que a questão não é apenas internacional. Muito pelo contrário, sendo o Brasil o maior consumidor de madeiras tropicais do mundo, não só é desejável que se acelere uma maior conectividade entre os produtores e os consumidores das cidades, como é de fundamental importância para o estabelecimento de uma economia solidária e para a formação de um consumidor-cidadão.

Ainda quanto ao manejo comunitário florestal, os benefícios não-econômicos têm sido significativos:

- melhora do manejo florestal;
- melhora da capacidade organizacional da comunidade;
- garantia do reconhecimento dos direitos de posse;
- controle regulatório compensatório;
- melhora nos padrões de vida (escola, saúde, alimentação etc.);
- distribuição de benefícios entre os membros da comunidade;
- acesso mais rápido a recursos internacionais cedidos por ONGs e doadores;
- base de suporte internacional mais ampla tanto para política quanto para pesquisa;
- melhoria na segurança de trabalho.

Este pioneirismo do FSC é muito positivo por indicar uma nova relação ética com os recursos florestais e com as populações que destes dependam, através do manejo florestal sustentável. Implica em um novo patamar a ser alcançado. Neste sentido, a lógica da certificação florestal socioambiental é a lógica contra a exclusão econômica e social e contra o uso predatório dos recursos naturais.

Por ser um instrumento político e econômico de grande importância, a participação da sociedade civil nas questões que envolvem o processo de certificação é extremamente importante para a garantia da transparência e credibilidade do processo. Logo, há necessidade de se qualificar a intervenção das comunidades e entidades.

Ainda é um grande desafio para a certificação do FSC a existência de atenção diferenciada quanto aos custos, critérios e procedimentos de avaliação específicos para os grupos comu-

nitários ou de pequena escala e populações indígenas. Tal realização significa uma fundamental democratização do mercado.

Como já destaquei em outro momento, a certificação florestal do FSC não resolve, sozinha, as inúmeras questões sociais e políticas com que nos deparamos todo dia, assim como não resolve questões como a do modelo de desenvolvimento vigente. No entanto, o FSC oferece um espaço de diálogo e de negociação que merece ser aproveitado.

**Este pioneirismo do FSC é muito positivo por indicar uma nova relação ética com os recursos florestais e com as populações que destes dependam, através do manejo florestal sustentável. Implica em um novo patamar a ser alcançado. Neste sentido, a lógica da certificação florestal socioambiental é a lógica contra a exclusão econômica e social e contra o uso predatório dos recursos naturais.**



## **O Brasil na criação e implementação do FSC**



**Depoimentos**

Lineu Siqueira Júnior

Edson Vidal

Tim van Eldik



## Um longo processo ainda em construção

No Brasil, com o apoio do WWF - Fundo Mundial para Natureza, foi criado, em 1994, um grupo de trabalho para implementar uma iniciativa nacional do FSC, com o objetivo de adaptar os Princípios e Critérios do FSC para a realidade brasileira. Entretanto, apenas em 1997 essa iniciativa tomou força, com a criação de um Grupo de Trabalho Executivo (GT-FSC Brasil) com 18 membros (divididos entre as câmaras social, ambiental e econômica) e uma Secretaria Executiva sediada em Brasília.

O Grupo decidiu que os padrões nacionais seriam divididos em tipos de manejo e ecossistemas. Assim, definiu-se que os primeiros padrões a serem desenvolvidos seriam para manejo florestal de terra firme na Amazônia e manejo de plantações florestais. Entre os anos de 1997 e 2000 foram realizadas três rodadas de consultas e workshops, além de reuniões públicas e testes de campo que levaram à aprovação em janeiro de 2001, dos padrões para certificação pelo GT-FSC Brasil. Os padrões de terra firme foram acreditados pelo FSC Internacional no mesmo ano, mas os padrões para plantações ainda necessitavam de ajustes.

Em setembro de 2001 foi fundado o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, uma ONG que institucionalizou o GT-FSC Brasil e que teve 60 membros fundadores entre ONGs, empresas, movimentos sociais, universidades, institutos de pesquisa, associações de classe e indivíduos.

Em meados de 2005, estavam em desenvolvimento os padrões para certificação de produtos florestais não madeireiros na Mata Atlântica e populações de castanha do Pará na Amazônia.



**Lineu Siqueira Júnior**  
Gerente do Programa de  
Certificação Florestal do Imaflora

## É muito bonito, mas "alguém tem que pagar a conta"

Depois de todos esses anos trabalhando com a certificação FSC, às vezes paramos para pensar e muita coisa fica sem resposta. Outras, nos dão a sensação do dever cumprido.

Desde a Assembléia de Fundação do FSC em 1993, em Toronto, as discussões sobre plantações têm se tornado mais frequentes e representam um dos pontos mais delicados na construção do futuro do FSC. O tema levanta questões sobre como prescindir, hoje, os produtos provenientes de plantações certificadas? O que significa discutir se plantações são ou não florestas? Quais serão os resultados de maiores restrições às plantações florestais?

A guerra corporativista "Norte versus Sul" está declarada nesse sentido. Não há como comparar essas duas realidades. As vantagens do Sul para o estabelecimento de plantações são enormes. E os interesses por trás dessas discussões (investimentos, disputa por mercados, qualidade do produto, competitividade, criação e garantia de empregos) são muito maiores do que se imagina.

Desde o início, foi definido um prazo para a certificação de áreas onde o ecossistema primário tivesse sido substituído por plantações. Com a atuação da delegação brasileira, especialmente do Imaflora, ficou definido, como data limite, o ano de 1994, quando entraram em vigor princípios e critérios aprovados pela assembléia do FSC. A partir daí, não se certificou mais plantações em áreas de conversão florestal. Todavia, há países aonde o FSC "chegou mais tarde" existindo muita discussão a respeito. Para alguns, a data (1994) é injusta...

Outros temas delicados foram, e ainda são, as questões envolvendo trabalhadores, comunidades e, em algumas regiões, a problemática fundiária. Mais recentemente, as empresas certificadas passaram a conviver com invasões por parte de movimentos "sem terra" e "sem toras", especialmente na Amazônia.

A manutenção de florestas de alto valor de conservação ainda admite subjetividade, por ter uma definição ampla. Existe uma

não concordância quanto à classificação de determinada área, ou seja, quanto ao alto valor de conservação, que embora signifique que a área pode ser manejada, exige cuidados adicionais.

Os Padrões de Certificação do FSC, com alguns ajustes, é claro, poderiam ser regra, determinando o que todos devem ou não fazer em seu manejo florestal. Não há "muita novidade" no que o FSC diz ser o correto. Mesmo não havendo regra sem exceção...

O FSC é um selo, um diferencial de mercado e essa diferenciação precisa ser promovida. Falta um trabalho mais forte do FSC na área de mercado. Tudo é muito bonito, as florestas são importantes, conservar é preciso, exige-se melhorias sociais (extremamente justas) mas quem é que paga os custos envolvidos? A certificação custa dinheiro, esforços, dedicação, esperança. Além do custo com a mudança de paradigmas. Que é muito alto!

Um reconhecimento efetivo por parte do mercado (também por parte do público e das autoridades envolvidas) – o que pode acontecer de várias formas – poderia recompensar todo esse esforço por parte dos produtores. E é exatamente isso que todos reclamam: o que se vê é que não há reconhecimento. Algumas empresas têm mais dificuldades com as "entidades reguladoras" hoje, sendo certificadas, do que antes...

Empresas certificadas têm dificuldade para vender seus produtos porque os grandes compradores internacionais "não dão a mínima". Mentem! Exigem o certificado, é bem verdade, mas compram se o preço for o da menor oferta (mesmo sendo não certificada). Alguns desses grupos fazem grande alarde em acordos cobertos pela mídia, com mensagens fantásticas e "declarações de compromissos corporativos". Essa situação poderia reverter, com uma atuação mais efetiva e maiores cobranças de resultados ou mesmo denúncias das verdadeiras "lavanderias verdes".

Voltando à exigência da certificação, todo consumidor deveria ver a certificação como algo necessário, uma exigência "do bem". No Brasil, quando se fala em certificação, as respostas que vêm são: "Mas será que (a certificação) é séria? Certificação é aquela guia, ou atestado do Ibama, não é? Compram o selo em rolos, não é? Nossa, mas vivem denunciando as maracutaias!"

A madeira está fortemente ligada ao ser humano. E mais ainda ao brasileiro, que cresceu com abundância de madeira,

**O FSC é um selo, um diferencial de mercado e essa diferenciação precisa ser promovida. Falta um trabalho mais forte do FSC na área de mercado. Tudo é muito bonito, as florestas são importantes, conservar é preciso, exige-se melhorias sociais (extremamente justas) mas quem é que paga os custos envolvidos?**

**Não podemos deixar que a coisa fique nas mãos de grandes corporações que fazem uma “grande lavanderia verde” querendo convencer o consumidor de que são bonzinhos e responsáveis. Todo mundo fala em reciclagem, sem dúvida, um tema muito importante.**

que faz parte do nosso dia-a-dia. Abrimos e fechamos a porta (de madeira) de nossas casas ao entrar e sair. As nossas camas, o berço que embala os nossos filhos (ou netos), a mesa das reuniões da família, a mesa do trabalho, o papel, o livro, os cadernos... Até o terço, uma cruz na parede ou a moldura do quadro da Santa Ceia... É porque não falar da "mania nacional", o churrasco dos finais de semana, com um bom carvão... Será que alguém pensa (por um instante) de onde veio a madeira (ou o produto) que está usando? Será que ao discutir a devastação amazônica em um barzinho lembramos que a mesa é de madeira "sabe Deus de onde"? Acho que o FSC precisa trabalhar essa nossa relação com a madeira (ou outro produto florestal) de uma forma mais intensa. E regionalizada! Tenho muito medo desse novo FSC, alemão, com filosofia e verdades tão européias.

Não podemos deixar que a coisa fique nas mãos de grandes corporações que fazem uma “grande lavanderia verde” querendo convencer o consumidor de que são bonzinhos e responsáveis. Todo mundo fala em reciclagem, sem dúvida, um tema muito importante. No que diz respeito ao papel e celulose, 100% da celulose brasileira (de fibras virgens) são provenientes de plantações. Usar papel de fibra virgem não derruba árvore nativa. A propaganda (enganosa) é importada. O papel reciclado nada mais é que o papel reaproveitado. Não quer dizer que o "produto é bonzinho", "ecológico" que não tem resíduos químicos, que não usou muita água e energia e uma série de coisas mais. Enfim, os apelos precisam ser bem direcionados, esclarecidos. E há muito apelo distorcido. Não é porque um produto é artesanal, "comunitário" ou proveniente de floresta plantada que ele é bom. Há plantações com manejo tão ruim ou pior de que muitas áreas nativas não-certificadas. Há "produtos artesanais" frutos de roubo, devastação florestal e exploração infantil.

Eu quero a boa gestão florestal (o bom manejo) atendendo aos padrões sociais, ambientais e também econômicos, lembrando que "alguém tem que pagar a conta". Para que possa existir o bom manejo a atividade deve ser rentável e viável.

Como veterano na certificação, desde o seu início, e atuando como auditor e consultor aqui e no exterior, ou mais recentemente, gerente de programa certificação, me preocupo. Todos os produtores falam do mesmo problema: o mercado não reconhece o seu diferencial. Eles têm uma floresta bem manejada

e um produto que leva um selo, reconhecido e respeitado em todo o mundo. O resultado é pequeno e os custos de manutenção da certificação são proporcionalmente muito altos. O que o produtor precisa é de uma ajuda para que o seu produto certificado seja reconhecido.

Pediram que eu citasse um caso que considero de sucesso. Felizmente, mesmo com os problemas citados, tenho vários. Mas há um que considero especial: um de nossos primeiros clientes é uma indústria que produz portas e móveis (bricolagem) de alta qualidade, em pinus, que são exportados para todo o mundo, em especial, a Alemanha, França, Inglaterra, Irlanda, Estados Unidos, Argentina e Itália. Essa empresa tem um empreendimento florestal que “tomou bomba” na primeira avaliação que realizamos pelo Programa SmartWood, tendo demonstrado uma performance extremamente baixa. Em nossa análise, a floresta deles era um mero depósito de madeira para a indústria. Havia o que denominamos uma "ditadura industrial": o diretor de produção determinava as características do corte da madeira com diâmetro e comprimento adequados para produzir determinado produto; o gerente florestal providenciava a madeira de acordo com estas características pré-determinadas. Quem sofria era a floresta.

Mesmo tratando-se de uma plantação, a floresta só pode fornecer o que está programado em seu plano de manejo. A empresa também tinha problemas com a sua terceirização, mapeamentos, inventários mal feitos... Eles solicitaram a certificação, sem se preparar, porque os clientes (externos) a exigiam. Isso foi em 1997. Como disse, foram reprovados. A nossa avaliação constatou que não tinham condições para a certificação. O relatório era quase um desastre porque havia muitas "pré-condições", condições e recomendações para que pudessem ser cumpridas as exigências da certificação.

Depois de 2 anos, a empresa solicitou uma nova avaliação. Aquela "reprovação" tocou os "brios" do proprietário um "italiano empreendedor", fantástico. A mudança foi inacreditável. Parecia outro local, outra gestão, tudo havia mudado. É claro, recebeu a sua certificação, para o manejo florestal e para a sua indústria, hoje uma das mais modernas do País. Segundo o "italiano" alguém tinha colocado o dedo apontado em direção ao seu nariz, pela primeira vez, e agradece isso até hoje.

**Todos os produtores falam do mesmo problema: o mercado não reconhece o seu diferencial. Eles têm uma floresta bem manejada e um produto que leva um selo, reconhecido e respeitado em todo o mundo. O resultado é pequeno e os custos de manutenção da certificação são proporcionalmente muito altos. O que o produtor precisa é de uma ajuda para que o seu produto certificado seja reconhecido.**



**Não são poucos os casos de clientes certificados que conseguem melhorias imensas à medida que melhoram as condições dos trabalhadores. Muitas vezes são trabalhadores que nunca estiveram num ambulatório médico e agora recebem até tratamento dentário. Saúde, educação e treinamento (capacitação profissional e técnica) são alguns dos benefícios sociais diretos da certificação.**

Já estamos no último ano da validade de sua certificação (cinco anos), com o empreendimento preparando-se para uma nova avaliação para a sua re-certificação. As melhorias obtidas são incríveis! Cada vez que retornamos para uma nova auditoria, voltamos surpreendidos positivamente. Primeiramente, o proprietário acabou com a terceirização. Colocou equipamentos de colheita mecanizada, absorvendo a mão-de-obra, que também modernizou, em outras atividades. Não usam herbicidas, fazem roçadas mecânicas (pequenos tratores) ou com equipamentos costais motorizados.

Para não dizer que ele não tem prestadores de serviço, ele possui 8 pessoas responsáveis apenas pelo transporte da madeira até as fábricas. Estes são proprietários de seus caminhões e prestam serviço para ele. Todos os demais são funcionários contratados com todos os direitos trabalhistas em dia, mais benefícios.

O que nos surpreendeu bastante foi a implantação de trailers para o alojamento dos empregados que trabalham no campo (floresta) de segunda a sexta-feira, até a hora do almoço, quando são liberados para resolver seus assuntos particulares na cidade. Eles têm direito a meio dia de trabalho para fazer o que quiserem. Além disso, os trailers são muito confortáveis com total higiene, saneamento e segurança, incluindo chuveiro interno, fogão a gás e eletricidade. Tudo com muito conforto.

Toda melhoria para os empregados é acompanhada de uma avaliação de desempenho. Com isso, o proprietário prova, com dados, que cada melhoria para os empregados resulta em melhoria na eficiência e qualidade dos serviços. Em tempo, a sua área certificada deverá dobrar para a re-certificação e a indústria também cresceu muito. Toda a sua produção é certificada.

Não são poucos os casos de clientes certificados que conseguem melhorias imensas à medida que melhoram as condições dos trabalhadores. Muitas vezes são trabalhadores que nunca estiveram num ambulatório médico e agora recebem até tratamento dentário. Saúde, educação e treinamento (capacitação profissional e técnica) são alguns dos benefícios sociais diretos da certificação. Conseguimos muito nesses anos. Os números estão aí!



**Edson Vidal**

Coordenador do  
Programa Ecologia  
e Manejo Florestal  
do Imazon

## **Certificação influenciando a pesquisa florestal**

A certificação vem contribuindo substancialmente na definição de agendas de pesquisas fundamentais para a sustentabilidade do manejo florestal.

Dentre as temáticas em que a certificação tem influenciado a pesquisa poderíamos citar: monitoramento da dinâmica da floresta, ecologia de população de espécies, impactos potenciais da exploração, avaliações econômicas do empreendimento e manejo da paisagem.

A certificação também tem demandado adaptação do modelo de exploração de impacto reduzido (EIR) em diversas regiões da Amazônia, de acordo com a vasta diversidade amazônica, como estrutura e composição da floresta, condições de mercado, características físicas e a escala operacional.

Os grandes desafios futuros a serem enfrentados, que de certa forma a certificação tem influenciado bastante, estão relacionados a análises de custos e benefícios de tratamentos silviculturais; método para manejar espécies por grupo ecológico ou grupo de manejo; desenvolvimento de modelos de manejo florestal coerente com a diversidade intrínseca da Amazônia; modelagem de crescimento e da composição futura da floresta; tecnologia para melhorar o processamento industrial; monitoramento da fauna e genética das espécies de importância madeireira.



**Tim van Eldik**  
Precious Woods

## A perspectiva da Precious Woods como investidora

Em 1993, a Precious Woods começou a desenvolver um conceito para operações na floresta amazônica. Antes de tudo, isto pressupunha a aplicação estrita de práticas de bom manejo florestal na busca de assegurar a sustentabilidade ecológica e a manutenção de longo prazo do valor econômico da floresta. Entre 1994 e 1996, o projeto da empresa Precious Woods Amazon (então conhecida como Mil Madeireira Itacoatiara Ltda.) tomou uma forma concreta. A Precious Woods Amazon entrou em operação deste outubro de 1996, inicialmente incorrendo em prejuízos, porém agora obtendo um lucro pequeno que vem aumentando progressivamente. Tão logo o Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal - "FSC") foi fundado, a Precious Woods empreendeu esforços para obter a certificação do FSC. O processo de obtenção da certificação não foi fácil porque, naquele momento, ninguém tinha experiência de como o manejo em florestas tropicais da Amazônia deveria ser certificado. Em maio de 1997, a Precious Woods Amazon tornou-se a primeira empresa na região amazônica a receber a certificação do FSC.

Na Europa, existe uma preocupação geral quanto ao destino das florestas tropicais, assim como, quanto ao tipo de tratamento que está sendo dado aos trabalhadores florestais. A certificação do FSC é muito significativa, pois avalia uma empresa de acordo com critérios claramente definidos e fornece informações oficiais de que as operações estão sendo desenvolvidas de forma ambientalmente correta e socialmente justa. Para uma empresa aberta, que presta contas a mais de 1.000 acionistas, é importante não somente discursar sobre a sustentabilidade, mas também fornecer provas práticas em seu favor. Muitos acionistas têm investido na Precious Woods porque, ao assim fazê-lo, desejam prestar uma contribuição positiva, ainda que indiretamente, à preservação das florestas tropicais. O mesmo é verdade com relação aos clientes. Muitos consumidores finais, especialmente na Europa, exigem prova de que a madeira que está sendo oferecida foi obtida de maneira sustentável e que a extração da madeira não destrói a floresta. Muitos deles têm condições de pagar um preço um pouco mais elevado por pro-

duetos elaborados com madeira certificada, em oposição a produtos cuja origem seja incerta. Um número cada vez maior de segmentos de mercado recusa qualquer acesso a madeira cuja origem não possa ser provada como sendo de fontes sustentáveis. Na visão da Precious Woods, a certificação de acordo com os critérios do FSC é, atualmente, fundamental para investidores no setor florestal .

**Muitos consumidores finais exigem prova de que a extração da madeira não destrói a floresta.**



## **O setor florestal brasileiro e a evolução da certificação FSC**



**Depoimentos**

Christopher Wells  
Reinoldo Poernbacher  
Edemilson Silva



## Sinais evidentes de mudanças estruturais

O setor florestal brasileiro, que trabalha basicamente com madeira, pode ser dividido em dois – o baseado na exploração de florestas nativas e o baseado em plantações florestais. A produção proveniente de florestas nativas ocorre quase que totalmente na Amazônia, enquanto que as plantações estão predominantemente localizadas nos estados do Sul e Sudeste do país.

A produção de madeira na região Amazônica em 2004 foi da ordem de 24,5 milhões de m<sup>3</sup> em toras, concentrada em 82 pólos madeireiros, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Esse volume gerou cerca de 10,4 milhões de m<sup>3</sup> de madeira processada, dos quais 36% foram exportados. O estado de São Paulo, destino de aproximadamente 15% da madeira produzida na região, continua sendo o principal mercado consumidor, principalmente em atividades relacionadas à construção civil.

Infelizmente, os mecanismos de comando e controle oficiais existentes não são suficientes para garantir a legalidade da origem. Estimativas recentes do Greenpeace, baseadas em dados do Ibama, indicam que, em 2004, mais de 70% da madeira da Amazônia teve origem ilegal. Nesse cenário, a certificação FSC representa a única garantia de legalidade e da busca de sustentabilidade no manejo florestal na região. Em 2004, a produção de madeira certificada representou aproximadamente 3% de toda madeira produzida na Amazônia.

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento do manejo florestal e, consequentemente, da certificação, na Amazônia é a questão fundiária. Atualmente, quem se interessa em fazer manejo e obter a certificação não consegue encontrar áreas com titulação adequada.



**Christopher Wells**

Gerente da área de Riscos  
Socioambientais do  
Banco ABN Amro Real

## Responsabilidade social faz a diferença

Cerca de 75% das terras na região são públicas, com 30% delas em unidades de conservação e territórios indígenas. Isso significa que 45% das florestas na Amazônia estão localizadas em áreas públicas não protegidas, arrecadadas ou devolutas, o que representa a maior área de floresta no mundo sem uma regulamentação específica para a sua utilização. Na ausência de regulamentação, essas áreas públicas passam a ser apropriadas indevidamente por atores privados, também conhecidos como grileiros. E o método mais utilizado é explorar ilegalmente a madeira da área, desmatá-la, semear pasto e colocar gado. Afinal, a posse da terra no Brasil sempre foi uma questão de fato e não de direito.

Entretanto, existem sinais de que essa situação pode mudar. Em julho de 2005 foi aprovado na Câmara dos Deputados um projeto de lei para a gestão de florestas públicas, que estabelece um marco regulatório para a utilização dessas áreas, inclusive prevendo a concessão de áreas para manejo florestal. Além disso, ele cria o Serviço Florestal Brasileiro e um Fundo para o Desenvolvimento Florestal. Caso o projeto seja aprovado no Senado sem alterações substanciais, é provável que os próximos anos tragam um aumento significativo da área certificada na Amazônia.

O Brasil possui quase 5 milhões de hectares de plantações florestais. As principais espécies plantadas são dos gêneros *Eucalyptus* spp. e *Pinus* spp, com áreas menores plantadas com acácia, teca, paricá e outras espécies. Em meados de 2005, mais de 20% das plantações florestais do país estavam certificadas de acordo com os padrões do FSC. Os principais setores envolvidos com plantações certificadas são os de papel e celulose e chapas de fibra, seguidos do setor de madeira serrada.

As primeiras iniciativas de certificação florestal no Brasil começaram em 1994, com as avaliações realizadas nas florestas da Amacol, no Estado do Pará e nas plantações da Duratex, no Estado de São Paulo. As primeiras certificações FSC ocorreram em 1995 e, desde então, a área florestal certificada tem crescido de forma significativa.

Ter uma certificação florestal, como selo FSC, é um fator decisivo para que uma madeireira que explora matas nativas obtenha crédito junto ao Banco ABN Amro Real. Pioneiro na incorporação da sustentabilidade nas operações financeiras, o banco assumiu o compromisso de desestimular o corte predatório de florestas tropicais. Sua estratégia: exigir que as madeireiras apresentem evidências de que o manejo é feito de forma sustentável.

A iniciativa se originou em 2001, quando a direção da *holding* ABN Amro, na Holanda, decidiu lançar sua Política Mundial de Florestas. A iniciativa proíbe o financiamento do corte de madeira nativa a nível global. Projetos de mineração ou indústrias de papel e celulose que ocupem grandes áreas também devem comprovar que não foram implantados em áreas desmatadas além dos limites legais nos últimos cinco anos. A regra não se aplica, porém, ao corte de florestas exóticas, como a teca, o pinus ou o eucalipto. Hoje, quatro anos depois, ainda são raríssimas as organizações financeiras com iniciativas aparentadas.

No Brasil, o banco adotou a mesma política da matriz holandesa, com um diferencial: decidiu admitir o financiamento de empresas que demonstrassem a sustentabilidade de seu manejo, o que seria comprovado por uma certificação florestal independente e plenamente reconhecida, como o selo FSC. O Banco ABN Amro Real também decidiu manter seu relacionamento com empresas que ainda não possuem o selo, mas que já iniciaram o processo de certificação, desde que haja alguma comprovação desse esforço.

No entanto, se a empresa não é certificada e não tem a menor intenção de o ser, a ordem é clara: devemos negar crédito ao cliente.

A convicção do banco nesse sentido ficou muito clara para mim tão logo ingressei no banco, em meados de 2002. Eu me deparei com duas madeireiras, clientes antigos que acumulavam multas junto ao Ibama. O órgão ambiental havia, inclusive, apreendido partidas de madeira ilegal comercializadas por esses

**No Brasil, o banco adotou a mesma política da matriz holandesa, com um diferencial: decidiu admitir o financiamento de empresas que demonstrassem a sustentabilidade de seu manejo, o que seria comprovado por uma certificação florestal independente e plenamente reconhecida, como o selo FSC.**

clientes. Perguntamos a seus diretores se tinham algum interesse em buscar uma certificação, ao que responderam negativamente. Levei a questão à presidência do banco, que me orientou a seguir à risca a política da instituição e excluir esses clientes.

Se perdemos alguns negócios por fazermos exigências socioambientais, também ganhamos respeito e atraímos empresas que se identificam com a nossa postura. Foi o caso da paraense Juruá Madeiras, uma das primeiras indústrias certificadas do país, e de várias madeireiras da Região Sul, que nos procuraram justamente porque já tinham o selo.

Nossa postura também ajudou a reforçar nossa relação com alguns clientes antigos, como a indústria de móveis catarinense Famossul. Ela já trabalhava exclusivamente com madeira certificada pelo FSC, coisa que não sabíamos quando nos pusemos a revisar seus limites de crédito. O gerente da conta começou a levantar a forma como lidava com as questões ambientais e sociais – pesquisa que realizamos junto à maioria nossos clientes corporativos. Quando a Famossul foi questionada sobre a origem da madeira que consumia e sobre a forma como tratava seus efluentes, seu diretor ficou bastante satisfeito por constatar que o Banco Real era a única instituição financeira a se interessar pelo seu esforço em reduzir os impactos ambientais do seu negócio. Devido à sua postura, a indústria moveleira teve o seu limite de crédito renovado.

A exigência da certificação florestal é apenas um dentre os vários critérios sócio-ambientais decisivos nas operações de crédito que realizamos. Nós também não trabalhamos com empresas que empregam o trabalho escravo, que produzem amianto ou armas, dentre outros critérios. Também estamos atentos aos problemas trabalhistas, aos acidentes de trabalho, às emissões poluentes e à contaminação do solo. Queremos trabalhar com empresas que possuam uma visão social e ambiental de longo prazo, aliada a uma boa gestão financeira. Hoje sabemos que as organizações mais engajadas na promoção da sustentabilidade também têm uma gestão mais sólida. Elas recebem menos multas, têm um menor desperdício, têm poucos problemas com as comunidades vizinhas e sindicatos, conseguem melhores contratos e encontram facilidades para exportar. Elas são os nossos clientes ideais.

Verificamos como o cliente trata o meio ambiente, seus fun-

cionários e a sociedade em geral na maior parte de nossas operações de crédito. Entretanto, redobramos o cuidado quando avaliamos um candidato às nossas linhas diferenciadas, voltadas para o fomento da sustentabilidade. O Banco Real desenvolveu uma série de linhas de crédito que promovem um modelo de desenvolvimento de baixo impacto ambiental. Há linhas voltadas a pessoas físicas – que financiam a compra de cadeiras de rodas ou cursos de pós-graduação – e pessoas jurídicas. Neste caso, a área de Desenvolvimento de Negócios Socioambientais financia desde projetos de reflorestamento à geração de energias limpas. Dentro do leque de linhas de financiamentos, temos uma do Banco Mundial (mais especificamente do IFC), onde só financiamos projetos florestais se tiverem algum tipo de certificação, como por exemplo o FSC.

Em 2003, o ABN Amro Bank passou a integrar, na Holanda, o grupo de compradores de madeira certificada. No Brasil, o banco também estabelece critérios socioambientais mínimos que devem ser respeitados por seus 4 mil fornecedores de produtos e serviços. Aqueles que extraem ou processam madeira são estimulados a obter um certificado florestal.

Naturalmente, a incorporação da sustentabilidade nas atividades do banco exigiu um grande esforço de conscientização interna. Promovemos treinamentos de Norte a Sul, envolvendo gerentes de agências e funcionários dos setores mais diversos. Eles foram incentivados a incorporar a preocupação socioambiental às suas atividades cotidianas. Hoje, mais da metade de nossas cerca de mil agências separam papel para reciclagem. Muitas delas também separam os copos descartáveis e todas têm um plano de redução do consumo de água e de energia.

Tanto engajamento nada tem a ver com filantropia. O banco realmente aposta numa nova forma de fazer negócios, em que a ética ocupa uma posição de destaque. Acreditamos que estamos na vanguarda de um movimento essencial à sobrevivência da sociedade e das atividades econômicas. Para tanto, é essencial que outras instituições financeiras participem deste esforço.

**A incorporação da sustentabilidade nas atividades do banco exigiu um grande esforço de conscientização interna. Promovemos treinamentos de Norte a Sul, envolvendo gerentes de agências e funcionários dos setores mais diversos. Eles foram incentivados a incorporar a preocupação socioambiental às suas atividades cotidianas.**



## Reinoldo Poernbacher

Diretor Florestal e de Supply Chain da Klabin S.A., maior produtora e exportadora de papéis do Brasil, líder na fabricação de papéis e cartões para embalagens, caixas de papelão ondulado e sacos industriais.

## Klabin: compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável

A Klabin possui um compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável. Há mais de 60 anos, graças à extraordinária visão de futuro dos fundadores da companhia, foi estabelecida a base de nossa ação que, na área florestal, resulta hoje num manejo realizado em forma de mosaico, mesclando plantações de pinus e eucalipto com extensas porções de matas nativas preservadas. Portanto, muito antes do surgimento do Forest Stewardship Council, a Klabin já realizava suas atividades florestais com características inovadoras para sua época, colhendo no presente os frutos de uma postura que já trilhava os caminhos da sustentabilidade.

Mesmo com isso, porém, temos a convicção de que só poderemos dizer se nosso manejo foi sustentado ou não daqui a muito tempo. Afinal, sessenta anos não é nada em termos de história. É importante dizer que se a sustentabilidade não se obtém de uma hora para outra, ela também exige, a cada ano que passa, a introdução de várias melhorias no processo, em busca de um manejo cada vez mais sustentado.

Graças a isso, temos obtido um crescente reconhecimento nacional e internacional por nossas atividades. Em 1998, a Klabin foi a primeira do setor de papel e celulose do Hemisfério Sul a conquistar a certificação do FSC por suas áreas florestais do Paraná. No ano seguinte, fomos a primeira empresa do mundo a obter a certificação FSC para o manejo de plantas medicinais e cadeia de custódia dos produtos florestais não-madeireiros para fitoterápicos e fitocosméticos.

As florestas da Klabin em Santa Catarina, apesar de boa parte delas ter sido adquirida mais recentemente, estão recebendo investimentos para adequá-las aos padrões alcançados no Paraná. Com sua certificação em 2004, passamos a ter praticamente 98% das nossas florestas certificadas pelo FSC. Mais recentemente, em agosto de 2005, a empresa conquistou o selo FSC para a cadeia de custódia de produção, no Paraná, de papelcartão e kraftliner, papéis utilizados para a confecção de embalagens,

sendo a primeira e única empresa do mundo a obter esta certificação para ambos os papéis.

Diante deste contexto, é importante esclarecer uma questão que, muitas vezes, nos é apresentada: a certificação faz aumentar os preços? A resposta é objetiva: ninguém paga a mais por isto. Até hoje não ganhamos um tostão a mais por trabalharmos com produtos certificados. Até poderíamos esperar e desejar, legitimamente, que isso viesse a acontecer algum dia, mas não acredito. Nossa vantagem é obtermos um acesso mais fácil ao mercado, sobretudo internacional. Mas se nosso concorrente vende um produto mais barato, temos que compensar essa vantagem na escala, na eficiência e em uma série de outros itens. A Klabin tem enfrentado isso em sua rotina, buscando maior eficiência na aplicação de recursos, planejamento, projetos, expansões e administração, procurando economizar em outros setores, melhorando o aproveitamento da matéria-prima, mão-de-obra e economizando energia.

A Klabin, entre funcionários próprios e prestadores de serviço, congrega mais de 12 mil famílias, fazendo com que mais de 40 mil pessoas dependam diretamente desse empreendimento. Empresas de nosso porte são consideradas "de capital intensivo", com impacto social referente ao volume de impostos arrecadados, o que permite ao Estado cumprir uma série de funções. Outras atividades com base florestal, como o setor moveleiro, são consideradas "de mão-de-obra intensivas": possui mais de 15 mil pequenas empresas e geram mais empregos diretamente. Ambos os perfis de empresas têm o seu valor e contribuem para o desenvolvimento do País.

Há outros enormes impactos positivos para o meio ambiente e para as comunidades que, hoje, ainda não são percebidos ou valorizados. Por exemplo, o efeito que estas florestas causam na captação de água, proporcionando a regularização de fluxos de água, evitando o assoreamento dos leitos dos rios. São benefícios enormes e incalculáveis. A cidade de Nova York, por exemplo, investiu bilhões de dólares em florestas no seu entorno para melhorar a qualidade da água captada.

No Brasil, ainda não reconhecemos o valor das florestas plantadas. Mas acreditamos que, à medida que a conscientização da sociedade aumentar, as florestas, inclusive as plantadas, serão muito valorizadas pelo papel fundamental que exercem para as

**Temos a convicção de que só poderemos dizer se nosso manejo foi sustentado ou não daqui a muito tempo. Afinal, sessenta anos não é nada em termos de história. É importante dizer que se a sustentabilidade não se obtém de uma hora para outra, ela também exige, a cada ano que passa, a introdução de várias melhorias no processo, em busca de um manejo cada vez mais sustentado.**

**Quem quer fazer uma exploração ilegal, começa a extrair madeira na semana que vem. Quem quer fazer uma exploração sustentada, não. Precisa investir em planejamento, treinamento, programas e máquinas para sua adequação, por mais de dois anos. Isso, antes de extrair um metro cúbico sequer de madeira.**

comunidades. No Brasil, 44% das florestas plantadas são certificadas. O Brasil dispõe de apenas 5 milhões de hectares de florestas plantadas e, deste total, 2,2 milhões de hectares já estão certificados. Das florestas nativas, até agora 1,17 milhão de hectares são certificados.

A certificação de unidades de manejo de floresta nativa enfrenta problemas muito mais difíceis, como ter que concorrer com a exploração ilegal e predatória de madeira – que, ao final, é quem estabelece o preço do produto. Porque quem quer fazer uma exploração ilegal, começa a extrair madeira na semana que vem. Quem quer fazer uma exploração sustentada, não. Precisa investir em planejamento, treinamento, programas e máquinas para sua adequação, por mais de dois anos. Isso, antes de extrair um metro cúbico sequer de madeira. São anos gastando para ter o projeto aprovado para a certificação e, depois, quando for tirar madeira, também seu custo será maior, porque são pagos todos os impostos.

Desta forma, quem trabalha com madeira certificada ainda não consegue vender muito no mercado nacional, e só sobrevive porque exporta grande parte da produção para mercados onde o produto é mais valorizado. Quem faz a exploração legal tem que buscar outros mercados para sobreviver. Este é um quadro dramático.

Outra de nossas preocupações, como empresa que tradicionalmente incentiva o fomento florestal, diz respeito à expansão da oportunidade de certificação para pequenos e médios produtores florestais. Por isso é tão importante promover eventos, dentro e fora do Brasil, para que se desperte cada vez mais o interesse e a conscientização para esse tipo de tema.

Nós da Klabin, ao investirmos fortemente, ao longo da história, em certificação e num manejo florestal absolutamente correto, estamos cumprindo um papel que consideramos fundamental. Como líderes de mercado, temos a consciência de ao fazer isso, indicarmos caminhos e mostrarmos, na prática, com nossas ações, a possibilidade de uma atuação economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.



### **Edemilson Silva**

Sócio da empresa familiar  
Paledson, situada em Telêmaco  
Borba, no Paraná.

A Paledson compra e processa  
madeira certificada da Klabin e  
após a certificação passou a  
acessar o mercado internacional

## **Não é uma questão de multar e punir. É preciso divulgar.**

O processo de certificação da Paledson começou em 1998, em seguida ao processo de certificação da Klabin, empresa na qual compramos toda a nossa matéria-prima. A Klabin possuía a certificação de suas florestas e nós, que compúnhamos a mesma cadeia de custódia, poderíamos requerer a certificação. Na época, o Imaflora, representado por Lineu Siqueira Júnior, gerente do Programa de Certificação Florestal, nos procurou para apresentar e explicar o que era o programa, e os benefícios da certificação. A princípio, não fizemos nada. Mas os clientes pressionaram, querendo saber em quanto tempo poderíamos oferecer produtos certificados e arriscamos um prazo de 60 dias. No mesmo dia, ligamos para o Imaflora para requerer a certificação.

Para nós, a certificação foi um processo simples, porque possuíamos um fornecedor de toras 100% certificadas, que era a Klabin e o investimento foi algo em torno de US\$ 2,5 mil (dois mil e quinhentos dólares). Com a certificação não precisamos mudar quase nada, pois sempre cuidamos muito bem de nossos funcionários e processos. Bastava continuar comprando madeira certificada.

Hoje, o nosso mercado é basicamente externo. Começamos há treze anos, a partir da Daniel da Silva Madeiras, que era a empresa de meu pai, produzindo caixas para embalar frutas e legumes, utilizando como matéria-prima a sobra de madeira de outras serrarias, como a Klabin, por exemplo. A partir da certificação começamos a trabalhar com outros produtos, como a madeira serrada, forros, assoalhos e cabos de vassoura. Foi quando constituímos a Paledson, em 1992. Na época, a Klabin precisava de algum parceiro que desenvolvesse a linha de produção com a madeira do eucalipto, mais especificamente o *Eucalyptus grandis*, que era utilizado apenas como lenha, celulose e estrados. Por se tratar de uma madeira de boa qualidade, era preciso desenvolver a sua aplicação. E aceitamos o desafio da Klabin.

No começo, foi muito difícil, porque ninguém conhecia o eucalipto. Certa vez visitei uma empresa para vender o eucalipto



**Hoje, o nosso mercado é basicamente externo. Começamos há dez anos, a partir da empresa de meu pai, produzindo caixas para embalar frutas e legumes, utilizando como matéria-prima a sobra de madeira de outras serrarias.**

beneficiado e o proprietário imediatamente afirmou que não poderíamos fazer negócio, porque já havia comprado lenha suficiente. Quando afirmei que estava vendendo matéria-prima para a produção de móveis, ele se assustou e questionou, afirmando que o eucalipto entortava e rachava. Garanti que este era diferente e conseguimos, inicialmente, fechar alguns negócios em São Paulo. Com o passar do tempo, as coisas foram acontecendo. Foi devagar, porque ninguém acreditava. Nesse momento, entra a certificação, o selo verde, que nos ajudou muito. O mercado europeu começou a ser comprador deste tipo de madeira. Eram clientes que buscavam matéria-prima, a partir do FSC ou Imaflo, e acabavam chegando na nossa empresa, através da Internet.

A demanda cresceu dez vezes. Afirmo, sem medo de errar, que se tivéssemos quatro fábricas do mesmo porte do que é a Paledson atualmente, não teríamos qualquer problema de venda. Teríamos todos os pedidos colocados e garantidos por até seis meses. E isso não é só por causa da certificação, mas porque o eucalipto é tratado corretamente. Hoje, ele substitui madeiras tropicais e ganha mercado porque tem boa qualidade, resistência, versatilidade, além de ser madeira certificada. Enquanto isso, a madeira tropical, a nativa, fica cada vez mais de difícil exploração. O Ibama não está concedendo planos de corte novamente. Então, o mercado está procurando pela madeira de reflorestamento, seja certificada ou não.

Entendo, no entanto, que é preciso as certificadoras trabalharem diretamente com o comprador e o consumidor final. O comprador de madeira precisa saber que existe o produto certificado e quais os seus benefícios para o meio ambiente. Precisa saber quais os problemas e as conseqüências de se comprar madeira não-certificada. A árvore nativa para corte tem, no mínimo, 100 anos. A árvore conduzida, replantada, tem 20 anos. Essa consciência tem que ser despertada no consumidor final, para que a exigência venha de baixo para cima.

Não acho que seja uma questão de multar e punir, é preciso divulgar. Falta mais divulgação. Ainda tem muita gente que nem sabe o que é a certificação, ou que existe madeira certificada. Há, por exemplo, um grupo europeu, cliente nosso, que afirmou em ato público não comprar mais madeira não-certificada a partir de 2006 ou 2007, somente madeiras de procedência ou

manejo garantidos. Porque o Greenpeace fez denúncias e alertas sobre a procedência ilegal de muita madeira nativa do Brasil. Eles cederam à pressão do Greenpeace, mas decidiram estabelecer um prazo para adequação. E por que eles estão se adequando? Porque houve denúncia e pressão da sociedade. Do contrário, até hoje estariam comprando madeira nativa, o que é muito mais fácil e barato para eles. Afinal, quem plantou? Foi Deus. Não precisou pesquisa para desenvolver mudas...

**Afirmo, sem medo de errar, que se tivéssemos quatro fábricas do mesmo porte do que é a Paledson atualmente não teríamos qualquer problema de venda.**



## **Impactos nos empreendimentos florestais**



**Depoimentos**

Luis Meneses

Francisco Corrêa da Cunha



## A Certificação como diferencial e garantia

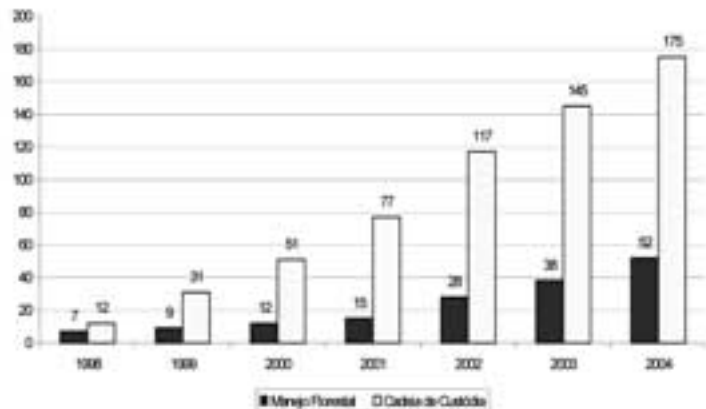
No início de 2005, existiam no Brasil aproximadamente 3 milhões de hectares de florestas certificadas, divididos em 52 operações. Desse total, cerca de 1,7 milhões de ha são de plantações florestais, distribuídos em 33 áreas, e 1,3 milhões de ha de florestas naturais, em 19 áreas. Para se ter uma idéia do crescimento do FSC no país, em 2001 haviam apenas 875 mil ha de florestas certificadas, divididos em 15 áreas florestais certificadas, 10 de plantações e 5 de floresta natural.

É importante ressaltar que cerca de 30% da área de plantações certificadas é na realidade composta por florestas naturais, dedicadas à preservação. A maioria das plantações certificadas se encontra dentro do bioma Mata Atlântica, do qual resta pouco mais de 7% de sua área original no país.

O manejo florestal comunitário também apresentou um bom crescimento nos últimos anos. No início de 2002, não havia nenhuma comunidade certificada na Amazônia e no início de 2005 já havia seis projetos comunitários certificados. Através do FSC, esses projetos têm conseguido alcançar um preço melhor para seus produtos, algumas vezes com ganhos de 200% sobre o que conseguiam antes da certificação.

Outra área em que a certificação tem se desenvolvido nos últimos anos é a de produtos florestais não madeireiros, como óleos, frutos e sementes, resinas, fibras e outros. Esse crescimento tem sido impulsionado pela demanda de empresas do setor de cosméticos, como a Natura, Croda e Beraca, que percebem na certificação um diferencial para os seus produtos, além de uma garantia de origem.

Em julho de 2005, a área total certificada pelo FSC era de aproximadamente 58 milhões de ha, distribuídos em 723 florestas de 65 países. O Brasil era o sexto país no mundo com maior área certificada, atrás apenas da Suécia, Polônia, Estados Unidos, Canadá e Rússia. Existiam também mais de 3900 cadeias de custódia certificadas em 71 países, com 177 delas no Brasil.



Evolução da Certificação de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia no Brasil 1998-2004. Fonte: Imaflores 2005; FSC Brasil 2005

## Tipos de certificação

Existem dois tipos de certificação FSC, a do manejo florestal e a da cadeia produtiva, também conhecida como certificação de cadeia de custódia. A certificação do manejo florestal tem como objetivo atestar que a floresta está sendo utilizada de forma correta, de acordo com padrões sociais, ambientais e econômicos. Como exemplo desses padrões é possível citar o respeito aos direitos dos trabalhadores, a minimização dos impactos no meio ambiente e a eficiência das operações.

Já a certificação da cadeia produtiva tem como objetivo garantir a rastreabilidade de um produto certificado, desde a floresta até o consumidor final. Ela é a garantia que o produto final teve a sua origem em uma floresta certificada FSC. Ao contrário da certificação do manejo florestal, a da cadeia produtiva não leva em conta aspectos sociais e ambientais, considerando apenas a garantia de origem através de controles do processo produtivo. Entretanto, já existe uma discussão dentro do FSC para a inclusão desses aspectos e é provável que eles venham a ser contemplados num futuro próximo.

Em julho de 2005, existiam no Brasil 177 certificações de cadeia de custódia, concedidas para serrarias, movelarias, fabricantes de painéis e chapas, processadores de óleos, indústrias de papel e celulose, entre outros.



### Luis Meneses

Coordenador do Programa  
Amazônia da WWF  
Brasil - Organização de  
Conservação (WWF- The  
Conservation Organization).

## Estamos trazendo o povo das florestas para a economia de mercado

Há três anos o WWF começou a consolidar o projeto de apoio à certificação, principalmente comunitária, levantando informações que pudessem sensibilizar os atores do setor e dos órgãos governamentais. Isso é também um trabalho de política pública.

Alguns aspectos são importantes destacar: na maior parte da Amazônia, o manejo florestal é a melhor opção econômica; a agropecuária pode desempenhar um papel importante na economia, se realizada de forma intensiva e nas áreas com melhor aptidão agrícola, considerando-se clima, relevo e solos; há viabilidade para a consolidação de uma ampla rede de florestas públicas na Amazônia e a proteção de ecossistemas representativos através da criação de parques e reservas biológicas é essencial para a conservação da floresta. Finalmente, políticas que reduzem artificialmente a disponibilidade de terra como, por exemplo, a criação de Unidades de Conservação e o zoneamento econômico-ecológico, ocasionarão a intensificação do uso do solo de maneira mais sustentável.

A grande vantagem do grupo de produtores florestais comunitários que apoiamos e do qual o CTA é o assessor técnico, organizacional e político, é reunir a pequena oferta dos diversos grupos comunitários para negociar em quantidades significativas com grandes empresas e compradores no mercado. A venda coletiva é o grande avanço deste grupo. Foram necessárias muitas reuniões, discussões e capacitações com enfoque técnico e principalmente gerencial, porque a participação das instituições de apoio tem que ser transitória. Em algum momento, nós teremos que sair de cena para que eles possam gerir o próprio negócio. O que nós estamos buscando são processos de inclusão social. É trazer esse povo que está nas florestas para a economia de mercado.

O nosso trabalho tem sido voltado para a assistência técnica do manejo florestal e para o fortalecimento das capacidades administrativas, de liderança e participativas nas associações. E o

**O manejo florestal não-madeireiro é de melhor assimilação pelas comunidades porque é o sistema que mais se aproxima do universo do extrativismo. Faz parte da cultura do seringueiro colher a castanha, furar a copaíba e colher a casca do ipê para remédio.**

Grupo de Produtores Florestais Comunitários está sendo pioneiro neste sentido, ao juntar pequenas iniciativas comunitárias, que são pequenas apenas em termos de volume de produção para o mercado, para se tornarem fortes coletivamente. Esse modelo também deve ser aplicado para os não-madeireiros, com os quais também temos trabalhado muito.

Este é outro ponto de preocupação nossa: o manejo florestal madeireiro não é algo tradicional das comunidades e povos da floresta, por isso há tanta necessidade de capacitação e de investimento. O manejo florestal não-madeireiro é de melhor assimilação pelas comunidades, porque é o sistema que mais se aproxima do universo do extrativismo. Faz parte da cultura do seringueiro colher a castanha, furar a copaíba, colher a casca do ipê para remédio etc.

Enquanto organização não-governamental não queremos um manejo só de madeira. Queremos a floresta certificada, com todos os seus recursos. Por isso, temos investido muito em projetos como o Porto Dias, onde temos a copaíba e a jarina certificadas, além da madeira. E pretendemos trabalhar esta idéia com as demais comunidades envolvidas no Grupo de Produtores Florestais Comunitários ou, até mesmo, criar novos grupos. Avançamos muito nesse sentido. Hoje, o Grupo de Produtores Florestais Comunitários é composto por 11 comunidades, sendo três certificadas e o restante em processo de certificação. São 370 famílias envolvidas do Acre, Amazonas e Rondônia, trabalhando 8 produtos não-madeireiros. Mas o Acre é o “cluster” do manejo florestal comunitário.

Mesmo sem apoio governamental, existe um movimento social muito forte, que sempre exigiu e lutou para que a sociedade desse uma solução para as questões das florestas, o que acabou envolvendo todos os setores, desde 1985 – tempos de Chico Mendes. O movimento ganhou força na década de 90, quando já havíamos conseguido as reservas extrativistas. Faltava viabilizá-las. Até hoje não estão viabilizadas. Mas é muito importante que tenhamos um governo que dê seu apoio e viabilize políticas estruturais assim como o licenciamento (ou legalização) destes projetos.

No WWF, por exemplo, dos mais de R\$ 4 milhões que contratamos no ano passado com vários parceiros na Amazônia, metade dos recursos foi investida no estado do Acre. E deste total, apenas R\$ 300 mil foi contratado com o governo. Todo o

restante foi com a sociedade civil. Isto porque também acreditamos que governos são passageiros. É a sociedade civil que leva adiante os processos.

Em relação aos movimentos sociais e ambientais havia uma polarização muito acirrada, na década de 90, entre movimento ambiental e social. O que era um equívoco, na minha opinião, porque há um meio termo para trabalhar entre os dois. A complexidade e abrangência dos movimentos de hoje resultam da maturidade do movimento ambientalista de enxergar e investir em plataformas comuns ao movimento social. O Código Florestal foi muito importante dentro deste processo ao alinhar os interesses de todos os envolvidos. Os fazendeiros faziam pressão e tentavam manipular o pequeno produtor afirmando que esses não poderiam trabalhar em 80% de suas terras, que deveriam ser preservadas. Por outro lado, ambientalistas exigiam, de fato, estes 80% de florestas preservadas, o que não era interessante para o produtor. O diálogo para flexibilização na implementação do código florestal foi e será a chave para a construção do consenso. Outro exemplo, foi o desenho do ARPA, Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, apoiado pelo WWF, KfW e Banco Mundial, que estabeleceria áreas de proteção integral, parques ecológicos na Amazônia. A ação do Ministério do Meio Ambiente e do CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros- provocou um diálogo e o programa ARPA hoje inclui áreas de proteção integral e de uso sustentável como reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável.

O WWF tem sempre a postura de trabalhar e desenvolver projetos pilotos para oferecer soluções alternativas para políticas públicas e, até mesmo, a iniciativa privada. Apontamos problemas, mas também soluções. Acho que hoje há um pouco da “síndrome da esquerda no poder”: criticar é ser contra. Qualquer crítica a um governo de esquerda é entendida como “ser contra” o projeto político. Os movimentos ambiental e social ainda enxergam uma oportunidade de avançar nas questões de interesse da sociedade, apesar da dificuldade e complicação de um governo pouco aberto à conversação.

**Em relação aos movimentos sociais e ambientais havia uma polarização muito acirrada, na década de 90, entre movimento ambiental e social. A complexidade e abrangência dos movimentos de hoje resultam da maturidade do movimento ambientalista de enxergar e investir em plataformas comuns ao movimento social.**



## Francisco Corrêa da Cunha (Nilton)

Presidente da Associação de Seringueiros de Porto Dias, Acrelândia -AC

### Não fugimos da nossa tradição: extração de seringa, sementes, castanhas e óleo de copaíba

Fundamos uma comunidade, nos livramos dos patrões madeireiros e começamos a caminhar com nossos próprios pés. Na época – 1994 –, tivemos alguns problemas porque uns defendiam a floresta e outros não. Mas, a custo de muita luta, conseguimos manter nossa reserva de Porto Dias. Enfrentamos algumas ameaças. Muitos vendiam madeira irregular ou clandestinamente, informávamos ao Ibama e nada acontecia. Foi quando surgiu o manejo florestal. Ninguém queria saber disso porque acabávamos de nos livrar das garras dos madeireiros e não queríamos saber desse negócio de vender madeira. Mas o coordenador do CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia, Chico “Cabeça de Sola”, organizou um encontro e nos mostrou todas as possibilidades e a importância do manejo florestal. Foi então que descobrimos que o manejo era a melhor forma de preservar a floresta porque haveria fiscalização, impedindo a venda ilegal. Além disso, lucraríamos com a venda de nossa madeira legalizada .

Ainda temos muitas dificuldades, mas eu diria que melhorou 80% após o manejo florestal. O manejo e o apoio do CTA trouxeram desenvolvimento na área da saúde e educação, além de ter viabilizado junto ao governo do estado a construção de nosso ramal, estrada que liga a comunidade às principais estradas do estado. Apesar da atividade do manejo nós não fugimos da nossa tradição que é a extração da seringa, sementes, castanha e óleo de copaíba. A gente só é manejador mesmo quando lida com tudo isso.

Manejador significa mexer em diversas atividades diferentes, além da madeira. No nosso caso: a borracha, as sementes, a castanha, o óleo de copaíba e um pouco de lavoura branca, como feijão e arroz. Quem vende só madeira é madeireiro. A partir da atividade do “manejo florestal” houve muitas melhoras para a comunidade, principalmente pela facilitação do acesso por meio do ramal. É constante o controle da malária e o acesso à educação.

Hoje, a comunidade tem mais força para cobrar soluções dos seus problemas junto à prefeitura. Quando precisamos, marcamos audiência com o prefeito.

Graças ao manejo conseguimos além do ramal, uma serraria, caminhão, trator, barco a motor, entre outras coisas. Foi um grande salto do ponto de vista econômico. Nossa renda aumentou, mas não foi tanto, porque ainda não atingimos nosso objetivo: conquistar mercado e sermos reconhecidos como produtores.

Sou o presidente da Associação dos Seringueiros de Porto Dias. Temos ainda secretário, tesoureiro e três conselheiros principais. Ao todo, são 24 associados, mas apenas dez manejam porque só são autorizadas ao manejo pessoas nas quais temos muita confiança. Senão, um manejador tira sua grana do primeiro ano e vende sua terra para outra pessoa e a gente acaba perdendo o controle da atividade.

Muitos não acreditam no “manejo”, temos até companheiros que desistiram das terras porque passamos dois anos sem produção. A gente não tinha a grana e foi por meio do CTA que conseguimos dinheiro para financiar nosso início de produção. O CTA conseguiu o financiamento de um projeto em nome da associação. O governo também nos dá cobertura e nos ajuda oferecendo máquinas e tratores para a manutenção das estradas.

**Com muita luta conseguimos manter nossa reserva de Porto Dias. Enfrentamos algumas ameaças. Foi quando surgiu o “manejo florestal”. Ninguém queria saber disso porque acabávamos de nos livrar das garras dos madeireiros e não queríamos saber desse negócio de vender madeira.**



## Qualidade de vida



### **Depoimento**

Carlos Alberto Guerreiro  
Guido Otte

### **Registros**

São Francisco do Itatapuru/Amapá  
Seringal Cachoeira, Xapuri/Acre




## **Formalização das condições e relações de trabalho**

Durante os 10 anos de atuação do Imaflora, está entre as áreas em que mais se perceberam mudanças positivas a dos trabalhadores. Para obter a certificação FSC, os empreendimentos florestais devem ter condições de trabalho dignas e seguras, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Em geral, o setor florestal possui um alto índice de acidentes de trabalho, resultado da combinação da falta de procedimentos seguros e uso de equipamentos de proteção e da utilização de equipamentos perigosos em um ambiente com pouco controle sobre as condições de trabalho (solo, umidade, animais, etc). Até 1995 o uso de equipamentos de segurança na atividade florestal no Brasil era uma exclusividade de parte dos grandes empreendimentos de plantações que sofriam algum tipo de pressão organizada dos sindicatos e do Ministério do Trabalho. Na Amazônia e em plantações de pequeno porte era quase impossível encontrar trabalhadores com equipamentos mínimos de proteção. Os empresários do setor argumentavam que os trabalhadores não queriam utilizá-los porque eram quentes (calças, botas e capacetes), ou porque atrapalhavam a operação (protetor auricular) e, assim, em muitos casos com a conivência dos próprios trabalhadores, a situação se mantinha.





Para obter a certificação, trabalhar de forma segura é condição indispensável. Todos os trabalhadores devem utilizar os equipamentos adequados às suas atividades, fornecidos pela empresa. Além disso, os empreendimentos certificados também investem na capacitação de seus trabalhadores, adotam os mais seguros procedimentos para a execução das atividades florestais e possuem medidas de emergência a serem tomadas em caso de acidentes.

Itacoatiara, no Estado do Amazonas, era considerada até 1996 a cidade latino americana com maior índice de acidentes graves e fatais relacionados à atividade florestal. Era comum cerca de 2 a 3 óbitos por empresa todos os anos. Desde que foi certificada em 1997 a Mil Madeireiras registrou apenas um acidente fatal ocasionado pela queda de uma árvore morta. O fato, ocorrido em 2000, foi tão raro e inesperado que a empresa ficou de luto por dois dias e na data em que completou um ano da fatalidade as operações florestais pararam durante meio período para lembrar o funcionário falecido e realizar uma rodada de reflexões sobre segurança no trabalho.

As empresas certificadas cumprem com toda a legislação relativa à saúde e segurança do trabalho e são obrigadas a realizar exames preventivos, além de garantir atendimento médico e hospitalar.

Em florestas naturais é comum os trabalhadores dormirem no campo em barracos de lona, sem estruturas sanitárias alimentação ou lazer. A certificação requer que sejam oferecidas boas condições de alojamento, incluídas aí não apenas as áreas de descanso, como também banheiros e áreas de lazer. Isso fez com que surgisse um novo padrão de acampamento florestal nas operações certificadas, com alojamentos bem ventilados, afastados da umidade e com estrutura sanitária adequada.

Outra questão para a qual a certificação tem contribuído é a da alimentação e da água. Com a certificação, os trabalhadores passaram a receber uma alimentação de qualidade, com refeições balanceadas, geralmente orientadas por uma nutricionista, além do fornecimento de água potável em quantidade suficiente.

Na Amazônia, uma das características do trabalho florestal é a concentração das atividades na época seca, em geral entre junho e dezembro. Normalmente, os trabalhadores são contratados durante esse período, muitas vezes sem registro em carteira, e quando termina a safra são dispensados. Como não existem garantias de ter os mesmos traba-

lhadores no ano seguinte, as empresas também não investem em treinamento. Além disso, para evitar gastos com horas extras e garantir a produção necessária na época seca, as empresas pagam por produção e não formalizam os contratos de trabalho. Portanto, é comum que os trabalhadores florestais não recebam uma série de direitos, como férias, 13º e Fundo de Garantia, entre outros. Para obter a certificação é obrigatório o cumprimento da legislação trabalhista e todo trabalhador envolvido na operação, seja direto ou de prestadores de serviços, deve ter registro em carteira.

Em diversos casos, a certificação levou à estabilidade de emprego, fazendo com que o trabalhador não mais fosse demitido durante o período de entressafra. Algumas empresas certificadas estabeleceram, em conjunto com os sindicatos e o Ministério do Trabalho, um mecanismo chamado banco de horas. Durante o período de seca os trabalhadores operam uma hora a mais por dia. Estas horas são acumuladas durante o período de seca e permitem a continuidade do contrato de trabalho nos meses que a operação florestal é paralisada devido às chuvas. Os trabalhadores têm a vantagem da segurança da renda ao longo de todo o ano e a estabilidade de emprego. Para os empregadores, os custos de contratação ficam mais baixos e o investimento em treinamento pode ser recuperado. Como as equipes permanecem ao longo dos anos os ganhos de eficiência são também notáveis. As equipes da Gethal e da Mil Madeireira Itacoatiara, as primeiras empresas certificadas na Amazônia, tiveram aumentos de pelo menos 20% de produtividade nos primeiros dois anos do funcionamento do banco de horas.

O Sindicato de trabalhadores florestais de Itacoatiara identificou um aumento da estabilidade das famílias de trabalhadores operando em empresas que utilizam o banco de horas. Um dos indicadores é o investimento na construção de casa própria, incentivada pelas empresas. A solução do banco de horas está sendo adotada por diversas empresas na Amazônia e até por empresas agrícolas que também trabalham com atividades sazonais.

O transporte de trabalhadores é uma área que geralmente apresenta necessidade de melhorias em empresas florestais. Não é raro encontrar trabalhadores sendo transportados por máquinas pesadas, como pá carregadeiras, ou então em cima de um trator agrícola ou na caçamba de uma caminhonete, sem segurança alguma. A certificação demanda que se proporcionem condições apropriadas de transporte, de acordo com as regras estabelecidas na legislação brasileira, levando a investimento em

adequação dos meios de transporte existentes ou até mesmo, em alguns casos, à compra de equipamentos novos.

Um fenômeno muito comum nos empreendimentos florestais, especialmente na região Sul e Sudeste do Brasil, em áreas de plantações, é a terceirização das atividades florestais. Se em alguns casos esse processo trouxe melhoria dos salários, na maioria das vezes significou a precarização das condições de trabalho, com a perda de diversos direitos e benefícios. Em geral, as empresas argumentam que os trabalhadores próprios são sua responsabilidade, mas que os trabalhadores contratados por terceiros são de responsabilidade das empresas prestadoras de serviço.

A certificação FSC considera os trabalhadores terceirizados da mesma maneira que os trabalhadores próprios, isto é, eles devem ter os mesmos direitos e benefícios. Para a certificação, não é aceitável que a terceirização seja uma forma de flexibilização das relações de trabalho e dos direitos dos trabalhadores. O FSC considera que os princípios e critérios de certificação se aplicam a todos os trabalhadores operando na unidade de manejo florestal e prevê que as diferenças de tratamento entre trabalhadores próprios e terceirizados devem ser minimizadas.

Esse fato teve impacto significativo nas condições de trabalho de empresas que manejam plantações no Sul do Brasil. Em 1997, a Klabin do Paraná oferecia uma das melhores condições de trabalho de todas as empresas do setor florestal para os seus funcionários próprios, mas apresentava uma situação completamente diferente para os trabalhadores terceirizados. Para minimizar as diferenças foi criada uma série de indicadores como uso de EPIs, qualidade da alimentação e transporte, contratos de trabalho, qualidade dos acampamentos e disponibilidade de atendimento médico. Os resultados dos indicadores foram apresentados ao sindicato dos trabalhadores e ao certificador e, em 2000, as diferenças de tratamento já haviam diminuído significativamente.



**Carlos Alberto  
Guerreiro**

Diretor Executivo  
da Gethal

## Em meio a mudanças estruturais, empregados viram parceiros

Localizada no município de Itacoatiara, no Amazonas, a Gethal é uma empresa que produz compensados há mais de 50 anos. Possui uma área florestal certificada de aproximadamente 40 mil hectares, localizada no município de Manicoré, vizinho a Itacoatiara. Tanto fábrica quanto áreas florestais estão no Amazonas, lembrando que apenas duas empresas madeireiras possuem certificação no estado: a Gethal e a Mil Madeireiras (Precious Woods).

É importante entender que a certificação do FSC é um processo muito recente. A primeira empresa certificada foi a Mil Madeireiras, em 1997, onde eu trabalhava na época e, por isso, participei de todo o processo. A segunda certificação só foi acontecer em outubro de 2000, com a Gethal. A maioria das certificações ocorreu de 2001 em diante e estamos falando de aproximadamente 1,2 milhões de hectares certificados só na Amazônia, que representa 3% de toda madeira explorada da região, o que é quase nada.

A certificação trouxe mudanças significativas para a empresa em vários aspectos. A Gethal, até 1998, dependia do abastecimento ou da compra de toras de terceiros. E, na Amazônia, temos uma característica peculiar que diferencia as madeiras de áreas de várzea e terra firme. Várzea são as áreas suscetíveis à inundação periodicamente, onde há um tipo de madeira conhecida como madeira mole, para lâmina e produção de compensados. A Gethal se especializou na produção com esta matéria prima.

Passando por um processo de reestruturação muito grande, a Gethal esteve, inclusive, em vias de fechar no final de 2002, por uma série de problemas. O mercado de compensado estava com preços muito baixos. Estávamos no fundo do poço no mercado de commodities e o mercado internacional estava muito devagar. Enfrentamos, além das circunstâncias de mercado, problemas estruturais internos, de organização e gestão. Em 2003, conseguimos fazer boa parte da recuperação da empresa: melhoramos a capacidade de produção e o condicionamento de dívidas e gradativamente a empresa foi se recuperando.

**É importante entender que a certificação do FSC é muito recente. A primeira empresa certificada foi a Mil Madeireiras, em 1997, onde eu trabalhava na época e, por isso, participei de todo o processo. A segunda certificação só foi acontecer em outubro de 2000, com a Gethal.**

Após ser adquirida por um fundo de investimento americano, vieram os problemas de gestão e de mercado. Os investidores estavam desistindo, mas mostramos que a saída seria péssima para a imagem do grupo, em termos de mercado, e seria terrível para as comunidades e empregados. Hoje, a Gethal emprega entre 500 e 550 funcionários. Conseguimos montar um plano de recuperação da empresa, implementado ao longo de 2003, que mostrou que a empresa tem potencial para ganhar dinheiro e com os bons resultados obtidos eles se animaram a investir novamente.

Após a certificação, a Gethal passou a fazer o manejo próprio e o processo de transição foi muito brusco. Não existe manejo de várzea, somente de terra firme, que é um outro tipo de floresta, onde é produzido um outro tipo de madeira e são exploradas outras espécies. Apesar de termos realizado um trabalho de introdução e adequação à produção de novas espécies, tivemos graves problemas, entre outros, a perda de produtividade e de qualidade dos produtos. Esse foi um dos principais motivos para o endividamento da empresa nesta fase inicial de adaptação à certificação. Então, este seria um aspecto ruim da certificação.

Mas são contribuições positivas da certificação: o nível de conscientização dos trabalhadores, melhorias estruturais e organizacionais, aberturas de novos mercados e, eventualmente, a possibilidade de algum sobre-preço. No balanço, a certificação contribuiu favoravelmente.

A Gethal era uma empresa tradicional do Amazonas, onde a maioria dos trabalhadores não era contratada. A certificação contribuiu para a regulamentação desta situação, mas os próprios novos investidores impuseram uma série de mudanças estruturais e filosóficas na administração. Foi, realmente, quando passamos a trabalhar com os empregados como parceiros. Começamos a investir nas melhorias das condições de trabalho, em equipamentos de segurança, treinamento e capacitação dos funcionários, entre outras medidas que contribuíram para a redução dos índices de acidentes de trabalho, do absenteísmo, etc. Parece uma coisa óbvia para qualquer empresa, mas temos que levar em conta que no Amazonas não era assim. Era um outro mundo, totalmente diferente do Centro-Sul do País.

E tem mais: a empresa nunca teve uma interface disciplinada com as comunidades do entorno de suas florestas. Alguns atores

se comunicavam com o entorno, mas não era uma coisa formal. Não havia uma sistemática para fazer isso e o FSC nos ajudou muito neste processo. No caso da castanha, as terras foram adquiridas de um antigo produtor de Manicoré, em 1996, quando ainda não havia FSC ou novos investidores. Na época, firmamos um acordo com o antigo proprietário, que poderia continuar a exploração da castanha por cinco anos. Mas fomos certificados em 2000, quando ainda vigorava esse contrato, e esse antigo proprietário explorava as comunidades da região em regime de trabalho quase escravo, comum na região. Quando recebemos a certificação, isso se tornou um impasse e decidimos romper imediatamente o contrato um ano antes do prazo previsto. Pagamos uma indenização proporcional ao lucro da exploração da castanha.

A partir daí, iniciamos um projeto em parceria com várias ONG's, inclusive com o IBENS - Instituto Brasileiro de Educação para Negócios Sustentáveis, Sebrae, Universidade do Amazonas e a CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros. Oferecemos treinamento sobre cooperativismo, gestão de negócios e atuamos como catalisadores para a criação e consolidação de cooperativas nas comunidades da região. Este é um programa extenso iniciado em 2000 e que, hoje, está bastante avançado. É um dos exemplos que temos para mostrar dentro da nossa empresa. A comunidade se organizou; fechou a outra cooperativa existente para criar uma nova, muito maior e mais representativa.

A parceria com a Universidade do Amazonas possibilitou a exploração de castanha de altíssima qualidade, sem contaminação de fungos e outras pragas tradicionais. Disponibilizamos mapas de localização das árvores, construímos paióis no meio da mata para armazenar os produtos, oferecemos transporte e galpão para secagem, ajudamos na comercialização. Eles estão se desenvolvendo. Este é nosso maior cartão de visita. É um exemplo de relacionamento com as comunidades do entorno. O que era um problema, hoje, tornou-se a melhor ferramenta de propaganda para a empresa. É nossa marca - mas não foi fácil.

Outra coisa de importante que aconteceu para o município de Manicoré é que atuamos como catalisadores para a entrada de diversas outras ONG's, principalmente na área da saúde, como a MSH - ONG norte-americana especializada em saúde e a Hands - ONG japonesa. Estas ONG's desenvolveram diferentes programas na região, todos relacionados à área da saúde. Pro-

**A certificação contribuiu para a regulamentação das relações de trabalho. Os novos investidores impuseram uma série de mudanças estruturais e filosóficas na administração. Foi quando passamos a trabalhar com os empregados como parceiros.**

**Atraímos e incentivamos a aplicação ou a instalação de muitos projetos na região. Somos, quase sempre, co-patrocinadores, viabilizando parcerias.**

moveram melhorias na qualidade da água, saneamento, agentes de saúde, combate à desnutrição, transporte, rádio comunicação e melhorias no hospital. Inclusive, recebemos, através da MSH, um prêmio de US\$ 80 mil do Banco Mundial, que ajudou a implementar vários projetos. Muitas vezes não aparece o nome da Gethal, mas fomos nós que atraímos e incentivamos a aplicação ou a instalação destes projetos na região. Somos, quase sempre, co-patrocinadores, viabilizando e participando de parcerias.

Cresce a nossa demanda. Temos recebido muitas visitas, inclusive de clientes que querem conhecer mais detalhes dos nossos produtos e da nossa linha de produção, além de contatos com o próprio FSC, grupo de compradores e produtores.

É bom ressaltar que se a área de madeira certificada praticamente dobrou em apenas dois anos, não é pequeno o número de problemas a serem resolvidos, como a competição com a madeira ilegal e outras questões de mercado. Há uma série de aspectos que ainda estão em desenvolvimento porque o assunto é muito recente, mas acreditamos na certificação. É, sem dúvida, um diferencial comercial.



### **Guido Otte**

Diretor e sócio da Indústria de Madeiras Guilherme Butzke Ltda.  
Compra e processa madeira certificada da Klabin.  
Com a certificação, passou a acessar mercados internacionais.

## **Primeira empresa certificada com produtos finais em madeira maciça.**

A Butzke é uma empresa de origem familiar, fundada em 1899, da qual sou sócio desde 1983. São mais de 100 anos de trabalho com madeira, sempre se adaptando às novas necessidades do homem e da sociedade.

Inicialmente trabalhamos com a fabricação de carroças e, posteriormente, com as tradicionais carrocerias de madeira. Foi uma evolução natural. Este era o perfil da empresa até 1983, quando entrei na sociedade e decidimos que o ramo das carrocerias não cabia naquele momento, e então procuramos outras alternativas.

Começamos, simultaneamente, a trabalhar com embalagens de madeira para as montadoras de veículos, como Mercedes-Benz, General Motors, Volvo e Scania e a produzir grades para as empresas de implemento rodoviário. Naquele momento, o que obteve melhores resultados foi a produção de embalagens de madeira, até que tivemos respaldo para abandonar a produção de carrocerias, inclusive as grades para implementos rodoviários. Em 1985 iniciamos a produção de Móveis Práticos e fizemos nossa primeira exportação.

Ainda na época em que produzámos carrocerias, chegamos a experimentar a fabricação com eucalipto adequado. Existem vários tipos de eucalipto, aproximadamente 800 espécies diferentes, desde os muito fracos, alguns até mais fracos do que o pínus do Brasil, e outros muito resistentes, mais resistentes que o ipê. Então, buscamos o mais adequado e disponível na época. Isto porque sempre pensei em ter uma madeira profissional para trabalhar, e não madeira nativa. Sou a favor do uso racional da madeira nativa, que deve ser valorizada. Mas para a racionalidade de operação, eu acreditava mais na madeira de reflorestamento, e sempre vi o eucalipto como uma solução no Brasil. Não só o eucalipto utilizado na produção de lenha e celulose.

Quando passamos a produzir embalagens para as montadoras, aconteceu um fato muito interessante. Nas especificações dos projetos das montadoras para estas embalagens, havia basicamente duas madeiras: o pínus, de reflorestamento, e a araucária, nosso pinheiro do Paraná. Isso nunca me convenceu: utilizar a araucária, uma madeira que, na época, já era de difícil exploração, praticamente já proibida por lei. Diante disso, desenvolvi um trabalho junto às montadoras e acabei indicando o uso do *Eucalyptus grandis* em substituição à araucária, pois o primeiro era o que mais se adequava às especificações das montadoras. O fato de eu ser engenheiro civil, e na engenharia estudarmos a estrutura e a resistência de materiais, fez também com que o projeto fosse viabilizado. Assim, começamos a fabricar as caixas para essas montadoras, com a especificação já de *Eucalyptus grandis*. Passei a acreditar muito no eucalipto, que hoje corresponde a mais de 95% da nossa matéria prima.

Em seguida, por motivos estratégicos de mercado, decidimos abandonar este ramo, para investir na produção dos móveis práticos, com venda bem mais segmentada do que com as mon-

**Inicialmente trabalhamos com a fabricação de carroças e, posteriormente, com as tradicionais carrocerias de madeira. Foi uma evolução natural. Este era o perfil da empresa até 1983, quando entrei na sociedade e decidimos que o ramo de carrocerias não cabia naquele momento. Então procuramos outras alternativas.**

**Sou a favor do uso racional da madeira nativa, que é muito importante se valorizar. Mas para a racionalidade de operação, eu acreditava mais na madeira de reflorestamento, e sempre vi o eucalipto como uma solução no Brasil. Não só o eucalipto utilizado na produção de lenha e celulose.**

tadoras. Então, projetamos a saída do ramo de embalagens paralelamente ao incremento da produção de móveis. Hoje, estamos focalizados somente na produção de Móveis para Jardim (mesas, bancos, espreguiçadeiras, carrinhos-bar e outros), produzidos em madeira certificada pelo selo Forest Stewardship Council (FSC), que significa uma garantia de seguir regras sociais e ecológicas de produção das peças. Aproximadamente 80% de nossa produção é destinada à exportação, atendendo mais de 20 países. Somos o maior fabricante de Móveis para Jardim em madeira do Brasil.

Em 1995, em parceria com o sócio alemão de uma empresa que fabricava esquadrias, portas e janelas para o mercado europeu e buscava a substituição ou alternativas para as madeiras tropicais do sudeste asiático ou as esquadrias em PVC (que eram muito combatidas por ecologistas), fizemos as primeiras amostras de painel cantoneira com esta matéria prima. Elas foram aprovadas, mas, infelizmente, ainda não tínhamos conhecimento suficiente, nem fornecedor à altura para nos suprir com o eucalipto seco em estufa. Nas embalagens, eu utilizava o eucalipto seco no tempo, o que já era suficiente. Mas para a fabricação de esquadrias e móveis, trabalhamos com parâmetros muito mais rígidos, especialmente no que diz respeito à umidade da madeira. Só que, na época, não havia capacitação para isso. Até que, em 1997, quando esse tema já fazia parte do projeto próprio da Klabin, começamos a produção de esquadrias voltada para o mercado alemão. Podemos dizer que, junto ao nosso cliente alemão, somos os primeiros fabricantes de janelas em eucalipto do mundo.

Como o interesse de nosso cliente devia-se às questões ambientais e a Klabin já estava em processo de certificação, em 1998 decidimos buscar também a certificação do Forest Stewardship Council (FSC). No Brasil, fomos a primeira empresa certificada com produtos finais em madeira maciça. Somos uma empresa certificada não exclusiva, mas aproximadamente 70% de nossa venda já possui certificação. Nossa tendência é de que, no futuro, quando tivermos 100% de matéria prima certificada, trabalhemos somente com produtos certificados pelo FSC.

Parâmetros, normas e controles estabelecidos pela certificação são de fácil condução e cumprimento. Qualquer coisa que se faça em termos de controle, desde que objetivo, correto e racional, acaba privilegiando e facilitando a vida das empresas. A

partir do momento em que conheci o FSC, acreditei na idéia, porque coincidia com tudo aquilo que eu já pensava. Por isso, não tivemos nenhuma dificuldade em obter a certificação. Para se ter uma idéia, quando solicitei a certificação junto ao Imaflo, dispensei a avaliação prévia da instituição, porque sabia que já estávamos no caminho correto.



**Registro**  
São Francisco  
do Iratapuru/Amapá

## **Benefícios da certificação de produtos florestais não madeireiros**

A Comunidade São Francisco do Iratapuru, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Iratapuru no estado do Amapá vive tradicionalmente da atividade extrativista de coleta de produtos não madeireiros da floresta.

Em 2000 a comunidade fundou uma cooperativa, a Comaru, que solicitou ao Imaflo a certificação de suas florestas para produção de castanha, óleo de copaíba e resina de breu. Este processo de certificação foi impulsionado pela empresa de cosméticos Natura que tem interesse em utilizar em sua linha de produtos materiais da biodiversidade brasileira com origem certificada.

Em fevereiro de 2004 a Comaru recebeu a Certificação FSC, inicialmente para um grupo de 7 produtores cooperados, mas com o objetivo de expandir o processo para toda a comunidade. Atualmente são 14 produtores fazendo parte do escopo da certificação e a expectativa é que anualmente novos comunitários ingressem neste grupo. Para participar do grupo certificado, os comunitários precisam seguir regras estabelecidas por eles, que visam atender às exigências da certificação, entre elas garantir a adoção de práticas de manejo que conservem as florestas, garantir a frequência das crianças na escola, destinar adequadamente o lixo. Esses pontos representam atualmente grandes conquistas para a comunidade.

Outros grandes avanços obtidos pela comunidade a partir da certificação merecem ser registrados, como o recurso recebido

**Para participar do grupo certificado, os comunitários precisam seguir regras estabelecidas por eles, que visam atender às exigências da certificação, entre elas garantir a adoção de práticas de manejo que conservem as florestas, garantir a frequência das crianças na escola, destinar adequadamente o lixo. Esses pontos representam atualmente grandes conquistas para a comunidade.**

anualmente pela Comaru do Fundo Social de Desenvolvimento da Natura (principal consumidora dos produtos da cooperativa). Através de um acordo firmado, é feito um repasse para a comunidade de porcentagem do lucro obtido a partir da venda de produtos que utilizam matéria-prima certificada, além do pagamento de valores acordados pelo uso da imagem.

Com esse recurso a comunidade investiu na estruturação da unidade de processamento, compra de barco, veículo, e estão discutindo de forma participativa as formas de utilização dos recursos para os próximos anos, como construção de uma creche e melhoria da moradia dos comunitários. Além disso, com a perspectiva de venda de matéria-prima certificada, a Comaru pôde garantir a compra antecipada da castanha de parte dos cooperados. O preço foi definido em assembléia da cooperativa e resultou num feito histórico na região, em que uma cooperativa de produtores definiu o preço de compra da castanha antes do início da safra: preço este maior que o pago (e definido) pelos atravessadores.

Um outro ponto que pode ser considerado um grande avanço, é o processo de regularização de todas as pendências administrativas e contábeis da cooperativa. A partir de uma exigência da certificação a Comaru contratou um escritório de contabilidade que vem trabalhando para zerar todas as pendências existentes e organizar de forma bastante profissional toda a documentação da cooperativa.

Atualmente a Comaru tem uma crescente demanda por produtos certificados e discute a inclusão de outros produtos da floresta no escopo do certificado.



**Registro**  
Seringal Cachoeira,  
Xapuri, Acre

## **Certificação do primeiro projeto de manejo comunitário no Brasil**

Após 5 anos, desde a primeira certificação florestal FSC no Brasil, em um período onde se pensava que apenas grandes empresas poderiam ter acesso a este seleto grupo de projetos certificados, em 2002, a Associação de Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, sediada no Seringal Cachoeira, em Xapuri, Acre, recebeu a certificação florestal FSC para suas atividades de manejo.

O primeiro projeto comunitário certificado no Brasil utiliza de uma inovadora proposta de manejo madeireiro que reúne conhecimentos técnicos e tradicionais de exploração: para cada árvore derrubada é preciso que se tenha mapeado ao menos quatro indivíduos adultos da mesma espécie em uma área de 10 ha, denominados "mãe", "filha" e "netas". Com isso, a comunidade se apropria das técnicas de manejo e mantém árvores remanescentes e matrizes de todas as espécies manejadas, possibilitando a perpetuação das espécies ao longo do tempo.

A madeira certificada, retirada da floresta em carros de boi e comercializada em uma indústria local para a produção de móveis e objetos de madeira de altíssimo valor agregado, passou a representar uma importante alternativa de renda para o grupo de produtores. Frente aos bons resultados financeiros advindos da certificação, o grupo que inicialmente era formado por 10 produtores agora possui 29 membros e tem perspectiva de incluir 10 novos a cada ano, até que alcance toda a comunidade.

Mas a importância deste projeto não se limita à escala local. Ao demonstrar que é possível para uma comunidade extrativista da Amazônia receber a certificação FSC, a associação do Seringal Cachoeira é um exemplo para comunidades que buscam alternativas de renda a partir do uso sustentável de recursos florestais. Apenas 3 anos após a emblemática certificação do "Cachoeira" outras 7 comunidades na Amazônia já receberam a certificação FSC para o manejo de produtos madeireiros e não madeireiros e diversas outras estão se preparando para isso.



# **Impacto ambiental**



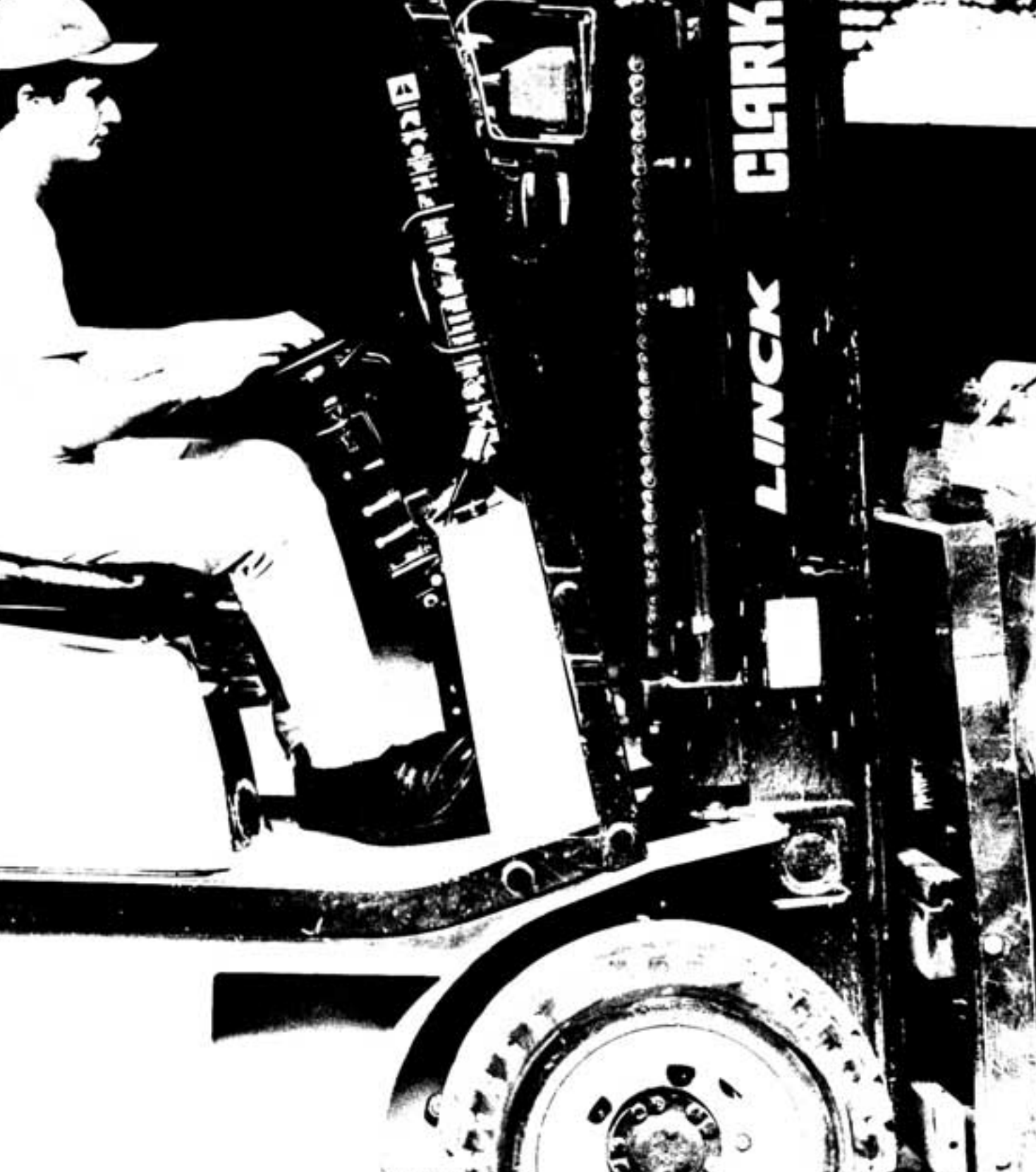
## **Depoimentos**

**Claudia Azevedo-Ramos**

**Jose Gabriel Lopes**

**Walter de Paula Lima**

**Paulo Barreto**



## Um percurso inevitável

A certificação FSC também tem contribuído para minimizar os impactos ambientais do manejo florestal, principalmente através da avaliação prévia de impactos, definição de medidas mitigadoras e ênfase em planejamento. Além disso, a necessidade de cumprimento da legislação ambiental para obter a certificação também tem um papel na redução dos impactos de operações florestais. Isso é relevante em virtude do baixo nível de atendimento que, em geral, existe com relação a requerimentos ambientais de ordem legal, como a necessidade de manutenção e averbação de áreas de Reserva Legal, proteção de Áreas de Preservação Permanente e armazenamento e disposição adequada de resíduos classificados como perigosos, como óleos e combustíveis, e suas embalagens.

É comum que os planos de manejo florestal na Amazônia sejam obras de ficção. Elaborados em escritórios, às vezes sem uma única visita à campo, eles contêm erros graves que elevavam os volumes de cortes a patamares absurdos. Escritórios de assessoria se especializaram em criar os planos de manejo e conseguir a sua aprovação nos órgãos competentes. Atividades preparatórias essenciais, como o inventário 100% das árvores de potencial comercial, a base de todo o manejo, eram tidas como inviáveis.

Na falta de planejamento prévio das atividades de extração, os impactos das atividades de colheita são significativamente maiores e o tempo para recuperação da floresta muito mais alto.

Para a certificação FSC, entende-se como plano de manejo o conjunto de documentos e informações necessárias à execução adequada das atividades florestais. Para alcançar a certificação FSC, os empreendimentos florestais devem ter um plano de manejo que inclua, no mínimo, os seguintes aspectos:



- os objetivos do manejo;
- descrição dos recursos florestais a serem manejados, das limitações ambientais, do uso da terra, da situação fundiária e das condições socioeconômicas da unidade de manejo e entorno;
- descrição do sistema de manejo, baseado nas características ecológicas da floresta em questão e informações coletadas através de inventários florestais;
- planos operacionais anuais especificando todas as operações a serem realizadas na unidade de manejo florestal, incluindo critérios de seleção de corte, volume de corte anual, procedimentos para o monitoramento do crescimento e da dinâmica da floresta – cujos resultados devem ser utilizados na justificativa para ciclo de corte;
- justificativa das técnicas de colheita escolhidas e equipamentos a serem utilizados;
- medidas para a atenuação dos impactos ambientais identificados, incluindo a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção;
- mapas ou croquis descrevendo a base dos recursos florestais, incluindo áreas protegidas, principais tipologias florestais, topografia, hidrografia, infra-estrutura preexistente, usos atuais do solo e além de áreas vizinhas.

O plano de manejo de empresas certificadas também incorpora a estratégia de longo prazo de abastecimento das unidades industriais, caso existentes, e os mecanismos de sustentabilidade econômica durante todo o ciclo previsto de recuperação da floresta (em geral 20 a 30 anos).

## EIR - Exploração de Impacto Reduzido

Grande parte dos impactos causados pela exploração madeireira convencional são decorrentes da falta de planejamento. Essa situação é particularmente grave na Amazônia, onde o sistema mais comum é o seguinte: os motosserristas entram na floresta e derrubam as árvores sem se preocupar com a direção da derrubada, provocando danos nas árvores remanescentes devido à existência de cipós e queda da própria árvore; em seguida, os operadores de tratores Skidder procuram as árvores dentro da floresta sem referências precisas, resultando em baixíssima produtividade e excessiva abertura do dossel da floresta, trilhas e danos à vegetação.

Normalmente, o nível de desperdício também é muito elevado, uma vez que os operadores de motosserra realizam cortes altos e derrubam árvores ocas, não aproveitáveis, além de várias árvores serem esquecidas na floresta por falta de um planejamento eficiente. Como resultado desse processo as florestas, em geral, demoram o dobro do tempo para se recuperar<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Florestas para Sempre - Imazon, 1998

Para obter a certificação, os empreendimentos florestais precisam ter bons sistemas de planejamento, que permitam minimizar os impactos ocorridos durante a exploração e reduzir desperdícios, assim como garantir a manutenção de árvores remanescentes para os ciclos futuros. Esse tipo de sistema, relativamente novo para florestas tropicais, é conhecido como Exploração de Impacto Reduzido - EIR.

Em 1995 a Mil Madeireira implantou o primeiro empreendimento em escala comercial na Amazônia com completo planejamento operacional visando a redução de impactos da exploração. Todas as árvores com potencial comercial são inventariadas e plotadas em um mapa. A seleção de cada árvore a ser colhida é feita considerando aspectos ecológicos e econômicos. Pelo menos 20% de todas as árvores de tamanho comercial de cada espécie é mantida intacta. Na média, apenas 5 a 7 árvores são exploradas por hectare a cada 20-25 anos. Todas as áreas sensíveis e áreas ao longo de todos os cursos d'água são preservadas. Motosserristas entram na floresta munidos de mapas com a localização exata de cada árvore a ser explorada. Antes de cortá-las, verificam a melhor direção de queda para facilitar a retirada da tora da floresta e causar menos danos às árvores remanescentes na queda. As equipes, também munidas de mapas, trafegam por estradas e trilhas de arraste planejadas antecipadamente, utilizando cabos para trazer as toras até as trilhas de arraste. Como resultado, as áreas exploradas tem índice de abertura de copa de apenas 4 a 7%.

Considerando como referência a experiência da Mil Madeireira Itacoatiara e da FFT - Fundação Floresta Tropical – nas áreas da Cikel Brasil Verde, em Paragominas – PA, o mapeamento de 100% das árvores comerciais e o planejamento prévio de trilhas tornou-se obrigatório a partir de 1999 em toda a Amazônia.

Um aspecto interessante do sistema de planejamento de EIR é que as estradas passam a fazer parte da infra-estrutura permanente das áreas. Como o planejamento é de longo prazo as estradas são construídas para durar muito tempo e, portanto, deixaram de ser considerados custos operacionais passando a investimentos de longo prazo, como máquinas e equipamentos.

## Conservação de Áreas Naturais

A conservação das áreas ao longo dos cursos d'água e em áreas sensíveis, como várzeas e áreas de alta declividade, embora necessárias e legalmente garantidas não é uma realidade no setor florestal.

No caso de plantações florestais, existem empreendimentos que plantam e colhem árvores (corte raso) até a margem dos cursos d'água, ignorando as zonas de proteção. Nos empreendimentos certificados, as áreas ao longo dos rios e áreas sensíveis são obrigatoriamente protegidas e devem ser recuperadas com cobertura florestal permanente.

Em Caçador, estado do Paraná, a empresa certificada Juliana Floresta exclui das áreas de plantio pelo menos 10% de duas áreas para permitir a recuperação de vegetação original.

No caso de florestas naturais o principal problema encontrado é a travessia de cursos d'água com máquinas e o corte de árvores em áreas de preservação permanente. Para evitar que isso ocorra nas operações certificadas é exigido que todos os cursos d'água sejam identificados e plotados nos mapas durante as atividades de inventário 100%. Com base nestes dados as árvores contidas nas áreas de preservação permanente são excluídas da exploração ainda no escritório e o planejamento de estradas e trilhas pode evitar a passagem de cursos d'água ou prever a construção de estruturas adequadas para passagem (ex. pontes).

Outro aspecto importante exigido pela certificação que dificilmente ocorre em áreas não certificadas é o estabelecimento de área dedicada à conservação absoluta, com pelo menos 5% do total da área de manejo. Essa área deve ser representativa dos ecossistemas manejados pela empresa e servirá de testemunha para comparações futuras entre a área manejada e a evolução natural da floresta. Somando-se as áreas de conservação absoluta e preservação permanente das empresas certificadas na Amazônia, uma média de 25 a 40% da área total não sofre exploração florestal. Já nas áreas de plantação, considerando-se as áreas de Reserva Legal e APPs, é comum que 30% da área total de uma operação certificada ser composta por áreas de conservação. A Mil Madeireira Itacoatiara, a Klabin do Paraná e a Araupel são três bons exemplos disso, com, respectivamente, 40%, 37% e 50% de sua áreas totais cobertas com florestas naturais dedicadas à conservação.

### Espécies invasoras

Algumas das espécies utilizadas em plantações florestais têm características agressivas de regeneração e podem levar a impactos ambientais, como a colonização de áreas naturais. Esse é, em geral, o caso dos plantios do gênero Pinus no Brasil. Para se certificarem, empresas que trabalham com essas espécies necessitam implementar medidas de controle e recuperação para evitar que ocorra a colonização de áreas de conservação, como reserva legal e áreas de preservação permanente, além de restaurar as áreas que já tenham sido invadidas.

### Monitoramento de fauna

Pouco se conhece sobre os impactos do manejo florestal sobre a fauna e esse representa um importante desafio para minimizar os impactos da atividade. Com a certificação FSC, vários empreendimentos florestais passaram a buscar maneiras de monitorar a fauna e avaliar os impactos de suas atividades sobre ela. Para isso, geralmente estabelecem parcerias com organizações de pesquisa ou universidades, o que resultou numa definição inicial de indicadores para o tema e num intercâmbio que também tem valor como processo, aproximando os dois grupos.

### Microbacias

Com o objetivo de minimizar o impacto ambiental de plantações florestais, cada vez mais a certificação FSC tem demandado que as empresas adotem a microbacia como unidade de planejamento. Essa mudança tem benefícios significativos para conservação do solo, minimizando a sua perda por erosão e melhorando a absorção de água das chuvas. Além disso, o planejamento por microbacia permite que as plantações florestais exerçam um papel regulador do fluxo hídrico, que se torna mais constante. Isso é particularmente importante em regiões com acentuado déficit hídrico, nas quais a implantação mal planejada de culturas de rápido crescimento pode acarretar problemas com a produção de água na microbacia.

### Impacto nas relações com a comunidade

As operações florestais no Brasil são comumente focos de conflitos entre empresas e comunidades locais. Como a certificação FSC tem forte enfoque nos aspectos relacionados à posse de terra e relações com a comunidade, esses temas são chave nas avaliações de certificação. Um dos temas com os quais a certificação tem trabalhado é o respeito às áreas indígenas.

Cerca de 19% do território nacional é composto por terras indígenas, mas não são muitos os casos efetivamente demarcados. Em várias regiões, madeiras invadem áreas indígenas para extrair mogno e outras espécies valiosas e a mesma prática é realizada em áreas de reservas extrativistas.

Para ser certificada, uma operação florestal não deve ter sobreposição com áreas de indígenas, mesmo que tenha posse legítima e as terras ainda estejam nos estágios iniciais de reconhecimento. Em 1999, durante o processo de avaliação da Gethal foi observado que uma parcela de 4 mil ha da área de manejo florestal da empresa estava situada em uma área declarada como área de interesse para criação de um território indígena. Durante anos a empresa discutia a realização ou não do manejo na área. Como parte do processo de certificação, a empresa retirou completamente a área da sua unidade de manejo florestal, que a partir de então entrou em um processo de regularização pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).



**Claudia  
Azevedo-Ramos**  
Instituto de Pesquisa  
Ambiental da Amazônia

## Inserção do setor produtivo madeireiro na conservação da biodiversidade amazônica

Houve um tempo em que se acreditava que entre os critérios e indicadores que deveriam ser respeitados e auditados para a certificação florestal, os mais complicados fossem, justamente, os ambientais, e entre eles, os que dizem respeito à conservação da fauna. Isso se devia às dificuldades envolvidas na amostragem dos indicadores. Apesar da dificuldade, sua inclusão era justificada devido ao importante papel da fauna nos sistemas florestais. Os animais atuam como polinizadores, dispersores de sementes e também como reguladores de algumas plantas através da herbivoria. Pela ótica do madeireiro, a conservação da fauna de sua propriedade poderia ser vista, em última instância, como um facilitador da regeneração e recuperação dos recursos que explora. No entanto, a falta de experiência em monitoramento da fauna pelas empresas certificadas ou em processo de certificação as obrigava a desviar sua atenção das operações florestais rotineiras para fazer esse tipo de levantamento. Além disso, não havia protocolos de monitoramento de fauna adaptados para esse tipo de atividade. O resultado foi a mistificação desse processo, que passou a ser desempenhado de forma incompleta e secundária. Instigados por esse desafio, nossos estudos permitiram selecionar metodologias simples para o monitoramento de alguns grupos animais que pudessem ser aplicadas pelas empresas madeireiras. De forma piloto e após treinamento dos próprios funcionários das empresas, o monitoramento da fauna passou a ser incluído nas operações florestais de duas empresas em quatro áreas certificadas da Amazônia oriental. Uma terceira grande empresa já se interessou e participou do segundo treinamento. As empresas que começaram esse processo hoje não vêem mais dificuldades na sua implantação. A certificação foi sem dúvida um componente importante na inclusão do monitoramento de fauna na rotina das empresas madeireiras, pois é ela que exige das empresas o maior controle sobre os impactos ambientais de sua atividade. Futuramente, espera-se que a associação entre uma exploração de baixo impacto e a melhor conservação da fauna nativa firme-se como uma meta dentro da missão de cada empresa madeireira.



**Jose Gabriel Lopez**  
Ex-Assessor do Programa  
de Desenvolvimento  
Sustentável da Fundação  
Ford - escritório do  
Rio de Janeiro

## Crescem as oportunidades promissoras para a expansão da atividade florestal

Com a expansão das práticas destrutivas de manejo florestal, e em resposta à crescente demanda do mercado de madeiras tropicais no início da década de 90, um grupo internacional de ambientalistas, ativistas sociais, líderes avançados da indústria madeireira e doadores juntaram forças para definir uma abordagem pragmática para manejo florestal sustentável que beneficiasse as florestas juntamente com as comunidades que as habitam. Com o apoio da Fundação Ford e outros doadores parceiros, estes empreendedores sócio-ambientais lançaram um inovador programa global para "certificação", um instrumento que incorpora mecanismos de mercado para ajudar a mitigar práticas produtivas destrutivas.

A atividade florestal sustentável dá a consumidores em todo o mundo a oportunidade de comprar produtos florestais certificados cultivados e colhidos de maneira ecologicamente sustentável e socialmente justa. Visando reduzir os métodos de produção destrutivos e a publicidade negativa associada, muitos líderes industriais adotaram a certificação como um selo de boas práticas de negócio, promovendo, portanto, vendas contínuas.

Durante a década passada, o apoio para o desenvolvimento dos múltiplos componentes da certificação foi uma parte importante das iniciativas da Fundação Ford para promover o desenvolvimento sustentável e o manejo adequado de recursos naturais em muitas regiões do mundo, principalmente nos Estados Unidos, Brasil, Indonésia e México.

Desde 1995, a Fundação Ford tem trabalhado proximamente com o Imaflo no Brasil e outros parceiros chave para ajudar a promover a atividade florestal sustentável, por meio do refinamento e implementação dos rigorosos padrões de certificação desenvolvidos pelo Forest Stewardship Council (FSC). Amplamente considerado como padrão internacional, o FSC integra tanto critérios ambientais como sociais no seu processo de certificação.

**A atividade florestal sustentável dá a consumidores em todo o mundo a oportunidade de comprar produtos florestais certificados, cultivados e colhidos de maneira ecologicamente sustentável e socialmente justa.**

A Fundação Ford tem fornecido significativo apoio às iniciativas globais do FSC precisamente porque, distintamente dos planos mais fracos promovidos pela indústria, a certificação FSC promove programas de manejo de recursos holísticos, que combinam colheitas sustentáveis de uma grande variedade de produtos florestais com respeito às tradições culturais locais e práticas trabalhistas justas – todas preocupações centrais da abordagem de desenvolvimento sustentável da Fundação Ford. Ao invés de um simples e final "julgamento", a certificação FSC/Imaflora é um processo contínuo de treinamento e monitoramento em que um amplo grupo de empresas florestais compromete-se a melhorar a sustentabilidade, eficiência e benefícios sociais de suas práticas. Através deste esforço geral, um notável progresso foi feito na década, desde o estabelecimento do FSC e muitos observadores acreditam que o conceito de certificação atingiu agora um ponto crítico de deslanche, necessitando muito mais atenção pública, especialmente no Sul Global, incluindo o Brasil.

Entidades doadoras esperam que, com a expansão da demanda do mercado por produtos florestais sócio-ambientais, a proteção dos diversos biomas florestais brasileiros sob manejo florestal renderá positivas consequências sócio-ambientais e econômicas ao longo do mercado global. Políticas públicas progressivas, avanços tecnológicos e o aumento efetivo de ações por governos locais e estaduais, ONGs e grupos comunitários estão criando oportunidades promissoras para a expansão da atividade florestal por meio da certificação.

A sólida expansão destes programas inovadores pode ajudar a apagar os enormes obstáculos para a estabilidade florestal, tais como a crescente demanda por madeira tropical; a predominante cultura de extração predatória de recursos; a escassez de profissionais e organizações competentes de manejo florestal em países em desenvolvimento; e, a ausência de um efetivo regime de direitos trabalhistas que estimule práticas trabalhistas justas.

No esforço contínuo para expandir a certificação neste contexto desafiador, doadores aplaudem o trabalho de organizações chave, como o Imaflora, que trabalham com movimentos sociais, formuladores de políticas e entidades aliadas do setor privado para ajudar a criar e a apoiar uma cultura florestal sustentável. No médio prazo, isto tem sido corretamente

abordado através de treinamento, melhor informação ao público e consumidores, maior participação no desenvolvimento de políticas públicas e fortalecendo iniciativas de manejo florestal comunitário.

**Um notável progresso foi feito na década, desde o estabelecimento do FSC.**



**Walter de Paula Lima**

Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz Departamento de Ciências Florestais

## **A certificação e o manejo de bacias hidrográficas**

Entendo a Certificação como um processo consciente de organização e administração das atividades de manejo florestal, visando a sua melhoria contínua na busca da sustentabilidade. A certificação não é, portanto, sinônimo de manejo sustentável, mas sim de aceitação de suas normas e estabelecimento de mudanças no plano de manejo florestal visando instituir o paradigma da sustentabilidade em suas ações. Uma destas mudanças, por exemplo, diz respeito à necessidade de se estabelecer a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento do manejo florestal.

Trata-se, sem dúvida, de um grande salto de qualidade, pois afinal a microbacia é a escala relacionada com a manutenção da água e na natureza a água e o manejo florestal são como duas faces de uma mesma moeda. Assim, implícito neste critério de ter a microbacia como unidade de planejamento reside a preocupação para com a manutenção dos valores ambientais destas unidades naturais da paisagem, sem dúvida um dos pilares da sustentabilidade. Mas o que realmente significa ter a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento?

A resposta a esta pergunta, na sua plenitude, vai significar um segundo grande salto de qualidade na busca da sustentabilidade. Mas já temos um conceito bem estabelecido, neste sentido, que é a própria definição de manejo de microbacias, que deve ser entendido como a estratégia sistêmica de uso dos recursos naturais, de tal maneira a salvaguardar os valores do solo e da água na paisagem. Isto implica em pelo menos manter protegidas as áreas ripárias das microbacias, que contribuem para

**A certificação não é sinônimo de manejo sustentável, e sim de aceitação de suas normas e estabelecimento de mudanças no plano de manejo florestal visando instituir o paradigma da sustentabilidade em suas ações.**

agregar um certo nível de biodiversidade ao longo da unidade de manejo, e implementar, nas áreas de produção florestal, práticas de manejo mais condizentes com a sustentabilidade.

Que grande definição! Ganha o ambiente, ganha a sociedade e, mais importante, ganha também o manejo florestal, já que salvar o solo e a água significa manter o potencial produtivo e, portanto, a produtividade florestal ao longo do tempo, que é também outro pilar importante da sustentabilidade. Como unidade ecossistêmica da paisagem, a microbacia permite, também, o estudo detalhado das relações entre as práticas de manejo e a quantidade e qualidade da água produzida pela microbacia. Isto, por sua vez, possibilita o monitoramento, através de critérios e indicadores hidrológicos, como ferramenta importante para sinalizar as mudanças desejáveis e indesejáveis que estejam ocorrendo no ecossistema como consequência das práticas de manejo. E por definição o monitoramento é também parte integrante do manejo sustentável. Desta forma, este critério do processo de certificação que estabelece a microbacia como unidade de planejamento do manejo florestal constitui uma grande contribuição para a busca do manejo florestal sustentável.

institucionais e políticas, como tornar o licenciamento ambiental mais eficiente e como agilizar a regularização fundiária, que influenciarão o manejo de florestas nas próximas décadas. Isso só foi possível porque durante o processo foi possível construir relações de confiança e cooperação.

Além disso, outras alianças têm surgido para atender demandas ligadas diretamente à certificação. ONGs têm se aliado a empresas certificadas para o treinamento de pessoal técnico. Pesquisadores estão desenvolvendo pesquisas sobre os impactos da exploração na fauna e na flora, sobre técnicas silviculturais e sobre os custos e benefícios do manejo. Essas pesquisas poderão apontar correções e inovações para tornar o manejo mais sustentável e mais eficiente economicamente.

Esse ambiente de confiança e esperança na evolução do manejo florestal começa a criar condições propícias para que o setor florestal, em geral, melhore. Um exemplo dessa confiança foi a criação e ampliação de mecanismos de crédito para o manejo florestal através do Fundo Constitucional do Norte (FNO) do Banco da Amazônia e do Banco Real (ABN AMRO Bank). Além disso, instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial têm considerado a certificação como um importante mecanismo para dar transparência e confiabilidade ao financiamento no setor florestal. Instituições filantrópicas e agências de assistência internacional também têm criado programas que apoiam o manejo florestal e a certificação. Enfim, mesmo que a certificação não seja adotada pela grande maioria dos produtores, a sua existência cria mecanismos e processos que podem ampliar e melhorar a adoção do manejo de florestas brasileiras.

**Instituições filantrópicas e agências de assistência internacional também têm criado programas que apoiam o manejo florestal e a certificação.**



## **Impactos da certificação no setor florestal brasileiro**

### **Paulo Barreto**

Engenheiro florestal pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (atual UFPA) e mestre em ciências florestais pela Universidade Yale (EUA).

A certificação florestal vem promovendo avanços significativos no manejo florestal da Amazônia. O processo de desenvolvimento dos critérios e indicadores para certificação, envolvendo ONGs sociais e ambientalistas, pesquisadores e produtores, permitiu uma ampliação de diálogos construtivos entre setores antes distanciados e, em muitos casos, apenas ligados por conflitos. O processo resultou nos critérios e indicadores para a certificação e, também, em alianças para construir soluções para o manejo florestal que vão além dos aspectos técnicos da certificação, por exemplo, a formação do grupo de compradores e outro de produtores de madeira certificada. Esses grupos têm patrocinado feiras e debates sobre o mercado e sobre questões



## **Ações compensatórias**



### **Depoimentos**

Antônio Alexandre de Andrade Patto  
Nilson Mendes  
Rubens Gomes



## Caminhos para a solução de conflitos

**A**lgumas operações florestais podem causar impactos adversos sobre as comunidades locais. Para a certificação é fundamental que esses impactos sejam evitados e, quando isso não for possível, que sejam mitigados e compensados de forma satisfatória para a população afetada.

Manicoré é um município, do estado do Amazonas, que fica no Rio Madeira, a 2 dias de barco de Manaus. Lá a principal atividade econômica sempre foi o extrativismo, passando por ciclos da borracha, pau rosa e castanha do Pará. Em 1998, a Gethal adquiriu 45.000 ha de florestas no município para estabelecer um Plano de Manejo florestal visando o abastecimento de sua fábrica em Itacoatiara (distante 30 horas de barco). As áreas onde moravam as famílias, em vilas ao longo dos rios, foram conservadas e foi garantida a sua posse. As famílias têm como principal fonte de renda a coleta de castanha, principalmente nas áreas adquiridas pela Gethal. Apesar da empresa preservar as árvores de castanha e autorizar a coleta na área, as atividades de exploração causavam impactos que prejudicavam a atividade dos castanheiros. A queda das árvores e as trilhas de arraste de toras dificultavam o acesso dos castanheiros e inviabilizavam o uso das trilhas que levavam a cada uma das árvores. Além disso, as copas de árvores derrubadas, ao ficarem próximas de alguma castanheira, prejudicavam a coleta dos ouriços daquela árvore. Esses fatores tornavam a produtividade da atividade mais baixa e afetavam a renda da comunidade local.

A comunidade pouco organizada teria dificuldades de demandar uma compensação da empresa e se o fizesse e dependesse de negociações envolvendo o poder público poderia levar anos. A certificação demandou que a empresa solucionasse a questão, que foi resolvida da seguinte maneira: a empresa realizou um levantamento de todas as

## Conversando a gente se entende

**Antônio Alexandre de Andrade Patto**  
Liderança Comunitária - Acre

Cheguei no Acre em 1986 e aqui sempre mexi com agricultura. Não tinha família e fui por indicação de um amigo que morava em Minas Gerais e dizia que era um bom lugar para se ganhar dinheiro. Sou contador formado, mas nunca exerci minha profissão no Acre, só quando residi em São Paulo. Em 1995, a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária chegou ao local onde moro, que é um projeto de assentamento e colonização do Incra, para propor o “Manejo Florestal”. Na época, ninguém sabia do que se tratava. Quando eles chegaram lá pensamos até que eram americanos que queriam roubar as nossas terras. Isso porque se falava muito da Amazônia e do interesse estrangeiro. Eles chegaram falando de um projeto dessa magnitude, que tínhamos que registrar em cartório, da averbação das áreas, de Reserva Legal, de coisas que ninguém sabia o que era, o que nos deixou apreensivos e desconfiados. Hoje, compomos uma associação registrada em cartório, com 22 associados para preservação e manejo florestal.

Quando a Embrapa chegou falava-se muito que os EUA queriam invadir, que os europeus queriam tomar conta. Conversando com calma a gente se entende e graças ao pouco estudo que tenho consegui convencer meus companheiros a tentarem uma experiência. Começamos a nos entender com o Ibama, a prefeitura e o governo do estado e a perceber que o que a Embrapa queria era fazer uma pesquisa: como seria trabalhar dentro da mata, como era o comportamento das espécies. No nosso entendimento, se derrubássemos uma árvore isso seria irreversível. Mas, na verdade, conforme os estudos da Embrapa, que nós ajudamos a fazer, constatamos que se derrubamos uma árvore, nascem muitas outras graças à luz do sol que antes não chegava porque a mata era muito fechada. Então, com pequenas aberturas no meio da mata, nós favorecemos o seu crescimento.

No início, tivemos algumas dificuldades na parte de comercialização, inclusive alguns companheiros pensaram em abandonar o projeto. Mas ficamos firmes e, com muita luta, conseguimos conquistar um mercado que garantiu a nossa sustentabilidade. Nesse período ainda reunimos recursos para conseguir

famílias envolvidas na coleta de castanha, passou a mapear todas as árvores de castanheira em seu inventário, direcionou a derrubada das outras árvores para longe da base da castanheira, forneceu mapas para a comunidade, com a localização de todas as castanheiras e caminhos de acesso e passou a apoiar o transporte da produção de castanha da comunidade com os veículos da empresa.

Um outro caso que relatamos a seguir exemplifica como conflitos pela posse da terra foram solucionados no decorrer do processo de certificação. Vale registrar que um dos aspectos mais marcantes da certificação FSC é a exigência de clareza na posse da terra com o respeito aos direitos de posse e uso das populações tradicionais e a ausência de conflitos que ameacem a integridade das pessoas e dos recursos florestais.

Quando solicitou a certificação de sua área de 82 mil ha em Itacoatiara, a Mil Madeireira tinha conhecimento sobre a existência de famílias que ocupavam as suas áreas, mas não as conhecia ou se relacionava com elas. Durante a avaliação de certificação foi verificado que, embora não houvesse um conflito aparente, existia potencial para tal uma vez que os moradores praticavam atividades de roçado com fogo e não reconheciam a empresa como dona da área. Como condição de certificação foi exigida a moratória das atividades de manejo nos compartimentos<sup>1</sup> fronteira com áreas ocupadas e um levantamento completo das famílias, juntamente com uma proposta de reconhecimento formal de posse para as comunidades.

Após dois anos de trabalho junto ao governo estadual para conseguir regularizar a situação das famílias, a empresa resolveu demarcar em conjunto com a comunidade as áreas de ocupação, incluindo áreas florestais para cada uma das mais de 30 famílias. Em seguida, concedeu a cada família uma carta reconhecendo formalmente a posse delas sobre a área.

<sup>1</sup> Unidades de produção anual onde são realizadas as atividades de colheita. Após a exploração os compartimentos são fechados por períodos de 20 a 30 anos para que a floresta possa se recuperar.



**No início, tivemos algumas dificuldades na parte de comercialização, inclusive alguns companheiros pensaram em abandonar o projeto. Mas ficamos firmes e, com muita luta, conseguimos conquistar um mercado que garantiu a nossa sustentabilidade.**

a certificação, que foi o passo mais importante que nós demos dentro desse projeto. Hoje, já estamos vendendo madeira para o estado de São Paulo.

Iniciamos o projeto de certificação há dois anos. Não é que a certificação seja tão cara, mas ela pesa para nós que somos pequenos produtores. Para um grande produtor ela representa quase nada. Dizer que uma madeira é certificada significa que tem ótima procedência, que é legal, preserva a mata, não explora o trabalho infantil. Enfim, o selo do FSC veio trazer um grande valor para o nosso material.

Em 2000, nós tivemos uma oficina de “manejo florestal” aqui no Acre, quando eu propus que se criasse uma cooperativa de produtores do estado. O estado é muito grande e nós somos produtores muito pequenos. Como estavam surgindo outros projetos seguindo o modelo do nosso, achamos que esta seria uma boa maneira de unir esforços e conseguimos começar com a integração de três grupos de produtores do estado. Hoje, são onze associações. Dos onze, quatro já são certificadas e mais duas estão em processo de certificação. Nos unimos para nos tornarmos fortes.

Vale a pena registrar os dados da produção de madeira nas associações do Estado: Porto Dias: 600m<sup>3</sup>; Reserva Extrativista Chico Mendes: 1000m<sup>3</sup>; Peixoto: 500m<sup>3</sup>, que é a minha comunidade, onde já vendemos outros 300m<sup>3</sup>; São Luis do Remanço: 600m<sup>3</sup>. Isso dá um total de 2700 m<sup>3</sup>, com mais 300m<sup>3</sup> que negociamos anteriormente totalizamos 3000 m<sup>3</sup> (NF: desde de abril de 2004).

São dados importantes, que nos enchem de orgulho. Também estamos fazendo um projeto de apoio às comunidades que o governo do Estado intitulou Florestania. E ainda temos outro projeto que deverá melhorar as condições econômicas de nossas comunidades e famílias. A partir dele, pretendemos implementar a construção de açudes para a prática da criação de peixes. Nós não trabalhamos só com madeira, nós somos agricultores. A madeira representa apenas um aumento considerável de nossa renda. Estou com alguns contratos de venda de madeira para designers de São Paulo, que serão utilizadas em móveis e esculturas. Fui procurado por um artesão que está com um contrato de exportação de 3 mil abajures para a Espanha e quer utilizar madeira certificada. Este novo mercado é o nosso comércio.



**Nilson Mendes**

Líder da Comunidade  
Cachoeira - AC

## **Tivemos que nos organizar para defender a terra e para plantar**

Meu envolvimento no movimento foi a partir de 1985, em defesa das terras no Acre. O que me incentivou a entrar no movimento foi o fato de Xapuri, naquela época, ser o centro piloto para garantir a posse do homem na floresta. Vi a luta de meu primo Chico Mendes, que liderava o sindicato nas décadas de 70 e 80. Isso fez com que a gente se envolvesse também. Era uma necessidade de todos. O que se via era muita gente saindo do interior para a periferia das cidades, o que estava gerando uma coisa muito ruim: o extrativismo estava acabando, os fazendeiros estavam comprando todas as terras e expulsando os extrativistas. Hoje, eu trabalho no Sindicato dos trabalhadores Rurais de Xapuri (STR - Xapuri), sou da secretaria de produção, coordeno o Manejo Florestal Comunitário e tenho minha propriedade, onde produzo madeira, castanha etc.

Desde 88, quando assassinaram o Chico Mendes e eliminaram a nossa liderança, nós tivemos que nos organizar melhor nos multiplicando em várias lideranças. Quando o Chico morreu, eu já atuava como militante nessa área e já estava na comunidade.

Tivemos a necessidade de nos organizar não só pra defender a terra e evitar o desmatamento, mas para plantar. Enquanto todo mundo trabalhava para si e só Deus para todos, a gente tinha que fazer o contrário: organizar grupos. Em 1995, fundamos a associação que permitiu que formássemos grupos para a produção da borracha, que já não era lucrativa desde 92, e principalmente da castanha, que permitiu que os antigos seringueiros permanecessem em suas unidades de trabalho.

Depois de formarmos grupos, passamos a buscar alternativas. Em 99, iniciamos o manejo florestal comunitário, mas tudo na Amazônia é “garimpagem”: o produto só vale pra quem processa. Ninguém sabia os valores corretos para a exploração da madeira. Pagava-se R\$ 10,00 por árvore ou trocava por mercadoria. A castanha tinha o valor médio de R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 a lata. Apesar do fortalecimento dos nossos grupos, íamos

**A gente lutou para que o extrativismo mostrasse para o Brasil e para o mundo seu potencial.**

enfrentando muitas dificuldades, já que não tínhamos apoio algum do governo e o extrativismo era visto como um "atraso".

O nosso movimento conseguiu mudar a mentalidade de muitos, como a do governo do Acre, que hoje incentiva o trabalho extrativista e reconhece a importância do aproveitamento de sua biodiversidade, que representa trabalho e sustento pra vida toda, apesar da vida do extrativista não ser fácil. Meu pai, por exemplo, foi ainda jovem do Ceará para o Acre, acompanhando meu avô, onde formou sua família e criou todos os quinze filhos cortando seringa.

Pensando em organização, nós fomos vitoriosos. Como diz o ditado: "uma andorinha só não faz verão". Mas um monte de gente pensando e agindo por um objetivo, consegue. Foi isso o que a gente fez. Através dessa força conseguimos, em 2000, melhorar o "manejo florestal comunitário" que evoluiu para o que a gente chama de "manejo de uso útil": aproveitamos madeira, borracha, castanha e tudo mais que a gente tinha na propriedade. Dessa forma, criou-se a necessidade de formalizar as nossas atividades, já que os valores das mercadorias na Amazônia variavam muito de um estado para o outro e não se calculava quanto era gasto na colheita. Nós trabalhávamos sem levantar custos, coisa que passamos a fazer depois de estarmos organizados em grupo.

Estávamos preparados para resistir a tudo. Tínhamos que nos preparar para resistir, discutir e entender todo o processo. Entendendo o processo, nos dávamos conta do quanto quem está na cidade depende da gente aqui no campo. E quem está no campo depende da cidade, cada um em sua realidade diferente.

Antes de nos organizarmos, era cada qual por si: vendia para quem aparecesse para comprar, não fazíamos análise de custo. Hoje, ao contrário, sabemos quanto vale cada produto e quanto custa pra colher e vender. Fomos ao Centro de Trabalhadores da Amazônia que nos orienta e coordena, contratamos uma pessoa para puxar os grupos para se encontrar, discutir e debater sobre os assuntos relevantes. O Centro de Trabalhadores da Amazônia tem como objetivo coordenar e permitir a troca de experiências com trabalhadores de todas as regiões.

A população de Cachoeira tem em média 75 famílias, o que corresponde a mais ou menos 318 pessoas envolvidas com ex-

trativismo. No Manejo Florestal Comunitário começamos com nove famílias e estamos com 19. Este é um processo educativo porque ninguém pode entrar na floresta de qualquer jeito. A gente tem que usar sabedoria e respeitar normas de segurança e leis ambientais, que, hoje, são muito rígidas.

A nossa primeira vitória foi a consolidação do extrativismo, depois, o Manejo Florestal. Em 2000, formamos nosso grupo e já em 2001 pedimos a certificação florestal. Para a certificação, é muito importante a questão do monitoramento do projeto. Os órgãos de fiscalização ambiental, como o Ibama e o Imac, não educavam e orientavam. Só iam lá pra multar e punir o que já estava ilegal. Hoje, já há um consenso entre a comunidade e órgãos ambientais para construir junto e preservar. É uma mudança que deve ser aproveitada por nós para envolver os extrativistas que ainda não conhecem os benefícios do trabalho organizado na comunidade.

No Acre, a gente conseguiu criar essa consciência na comunidade a partir de 2001: a importância da certificação e da preservação. Em 1999, quando iniciamos o projeto em Xapuri, a comunidade foi radicalmente contra. Devido a grande batalha pelas terras, as pessoas não queriam saber do manejo da madeira. A gente entendia as razões da comunidade, mas, por outro lado, a preservação era não só importante como lucrativa. Imagina se, por exemplo, em Cachoeira tivéssemos 75 famílias derrubando 1 hectare de floresta por ano para fazer roça? Quanto não desmataria? Eu mostro para eles que, em 4 anos sem desmatar para fazer roça, eu consegui reflorestar meus 9 hectares de terra a custo do meu trabalho, sem o apoio de ninguém. E estou me dando muito bem com isso.

Antes, os projetos eram totalmente desorganizados e o que a certificação exige é organização. Você tem que ter arquivo e cumprir normas que vão facilitar o seu trabalho. Quando quiser qualquer produto fica fácil encontrar porque tem tudo em relatório. A comunidade acabou descobrindo que essas exigências permitiriam que elas avançassem e modernizassem a exploração racional da propriedade. Sabemos que ainda temos muito a fazer. Por exemplo, temos que separar 10% da produção para um fundo de desenvolvimento comunitário para não permitir que ninguém fique nas mãos do governo ou de terceiros. Se o nosso produto paga todos os custos de produção, nós garantimos a nossa sustentabilidade.

**Sabemos que o mundo de diversidade da Amazônia junto ao trabalho organizado garante nosso futuro.**

**É uma mudança que deve ser aproveitada por nós para envolver os extrativistas que ainda não conhecem os benefícios do trabalho organizado na comunidade.**

Para Cachoeira, duas coisas são muito importantes: educação e saúde. Nós temos 5 escolas dentro da comunidade, com alfabetização e primeiro grau (recentemente, uma turma de 22 alunos conclui o primeiro grau). Em saúde, temos uma pessoa especializada em fisioterapia e homeopatia, que trabalha com ervas medicinais, cascas etc., matérias-primas que temos abundantes e que resolvem os problemas. Outra questão importante é que formamos vários agentes comunitários. Não precisamos mais de técnicos trabalhando no campo, só de engenheiros para cuidarem da parte burocrática. A parte prática, a gente é quem faz no campo. Isso demonstra que a comunidade é capaz de avançar e evoluir, apesar do baixo nível de escolaridade. Eu, por exemplo, mal cheguei ao primeiro grau.

Mas, em 20 anos de luta a conseguimos muito. Em 9 ou 10 anos conseguimos avançar bastante na questão da produtividade e da economia. A perda de grandes lideranças que lutavam sozinhas estimulou o nosso desenvolvimento. O sangue derramado, o vazio que foi criado na mente de cada um. Tudo isso somou. Foi um espírito de força e luta que nos uniu. Todo mundo tentou fazer algo e construir numa só direção.



### **Rubens Gomes**

Criou a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) e representa a Câmara Social do GTA - Grupo de Trabalho Amazônico no FSC-Brasil, sendo hoje o presidente do Conselho Diretor do FSC/Brasil.

## **Uma proposta de trabalho inédita na América Latina**

No início de 1999 conheci a certificação, instrumento extremamente importante na concepção da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA), que não tem por objetivo a venda de produtos. A proposta é motivar as comunidades a utilizarem racionalmente seus recursos. Ao mesmo tempo, por ser um projeto de educação profissional, também leva o estado a refletir sobre o modelo de educação para os jovens da Amazônia.

A idéia surgiu quando eu consertava os instrumentos das escolas onde estudava música, para poder praticar. Com isso, fui desenvolvendo e aprimorando algumas habilidades, de forma que a história da música passou a ter uma nova conotação. Deixei de lado a expectativa de ser um instrumentista virtuoso e comecei a questionar o modelo e a metodologia do ensino de música no Brasil. Perdi o interesse inicial, mas percebi, durante esse processo, que é fundamental o acesso a um bom instrumento para o aprendizado da música. Para isso, era preciso ter muito dinheiro para comprar instrumentos de marcas e etiquetas que pertenciam a luthiers, o que estava fora das minhas possibilidades e da realidade brasileira.

Como acredito que a música é um bem a que todo ser humano deveria ter acesso, seja ativa ou passivamente, ouvindo ou tocando, comecei a me interessar pela lutheria. Venho construindo aos poucos a socialização do conhecimento da lutheria, com metodologias e projetos político-pedagógicos, por não haver escolas no Brasil.

Para nós, a certificação não é uma ferramenta de mercado. Não possui nenhuma conotação mercadológica, mas sim, conceitual. Associados ao ensino profissional, nós precisamos formar o indivíduo. No meu entendimento, não há formação técnica sem uma formação humana. E o homem da Amazônia, principalmente a criança da Amazônia, precisa ser educada adequadamente. Precisa entender todo o processo do ecossistema. Como interagir, como conservar. E, por isso, adotamos o processo da certi-

**Como acredito que a música é um bem a que todo ser humano deveria ter acesso, ouvindo ou tocando, comecei a me interessar pela lutheria. Venho construindo aos poucos a socialização do conhecimento da lutheria, com metodologias e projetos político-pedagógicos, por não haver escolas no Brasil.**

ficação e, em 2000, certificamos a OELA, graças a uma doação da Smartwood com o Imafloira, já que não tínhamos recursos para cobrir os custos da certificação. Só pagamos as taxas anuais. Então, a nossa certificação foge de todos os preceitos mercadológicos ou mercantilistas, porque a missão da escola não é vender instrumentos, mas formar indivíduos.

Nós vendemos instrumentos para arcar com os custos da produção dos meninos, da escola, e parte dos recursos são destinados a eles, como ajuda de custo. Nenhum centavo fica na escola. A minha perspectiva é de que as crianças construam, futuramente, sua própria unidade de produção autogestionada. Procuramos levar o máximo de informações para indicar e conduzir a este caminho do empreendedorismo, para que eles possam gerir seu próprio destino. Isso é um processo de construção, porque são todos adolescentes. E adolescente a gente sabe como é: tem uma manhã diferente da tarde, que é diferente da noite. Enfim, têm um tempo diferente.

Acredito que teremos boas conseqüências futuras. Esse projeto também se estendeu a outros municípios, como Boa Vista do Ramos, onde não levamos a lutheria, mas as técnicas de marchetaria, técnica e arte agregadas a lutheria. Criamos mais algumas oportunidades.

Eu sou um dos batalhadores cidadãos amazônicos que dedicam suas vidas à melhoria da qualidade de vida, como facilitador da informação, da oportunidade e da formação. Nesse sentido, retomo minha militância na área social, com caráter socioambiental, e participo desde a construção e concepção, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), representando-o no FSC-Brasil como um dos diretores da Câmara Social. Hoje, o GTA, que foi fundado em 1992, é uma rede de trabalhos amazônicos que congrega aproximadamente 560 entidades, e está estruturado em oito estados da Amazônia Legal, com exceção de Mato Grosso. Fazem parte da nossa rede organizações não-governamentais e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, além de pequenos agricultores e suas famílias.

Nós temos uma árdua tarefa, que é internalizar esta discussão sobre a certificação nas bases das comunidades. Recentemente, em fevereiro de 2004, demos o pontapé inicial, construindo as propostas para o projeto de lei de gestão de florestas

públicas na Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor). Fui indicado pelo GTA para ser seu representante na Conaflor, que foi criada em outubro de 2003, pelo Presidente da República, com a finalidade de propor e avaliar medidas para o cumprimento dos princípios e diretrizes da política pública do setor florestal.

Conseguimos mobilizar, em pequenas reuniões, mais de mil e quatrocentas lideranças, para discutir a gestão de florestas públicas, com o apoio do Conselho Nacional de Seringueiros e outras entidades. Para nós, este processo tem sido muito valioso porque estes temas, florestas e uso de recurso florestal, sempre foram um tabu para as comunidades da Amazônia, massacradas pelo setor madeireiro. Esse segmento gerou muita violência, muitas mortes. Muitos companheiros nossos tiveram suas vidas eliminadas por questões de uso de recursos e ocupação do solo.

A mudança de cultura será um processo lento, por conta da nossa geografia. Mas creio que, em médio prazo, veremos algum resultado com as experiências atualmente que estão em processo de execução. Ao todo, são 20 experiências de manejo florestal comunitário, e acredito que quatro já estão certificadas pelo FSC. Talvez em um prazo de dois anos, já tenhamos alguns resultados extremamente satisfatórios e que possam ser internalizados.

**Conseguimos mobilizar, em pequenas reuniões, mais de 1.400 lideranças para discutir a gestão de florestas públicas, com o apoio do Conselho Nacional de Seringueiros e outras entidades.**



## **Conquistas e desafios**



**Conclusão**



Passados mais de dez anos, o FSC ocupou um espaço inquestionável no setor florestal mundial. Passou a ser o sistema de certificação com maior credibilidade política e reconhecimento público e com o selo de maior valor no mercado internacional. É o fórum com maior diversidade de representação de partes interessadas e com a existência de florestas e produtos certificados em dezenas de países do mundo. Sem dúvida, se estabeleceu como um sistema global, que conseguiu manter seus ideais de representatividade e equilíbrio em um setor extremamente relevante para o desenvolvimento sócio-econômico e para a conservação dos recursos naturais do planeta.

Seu sucesso passou a ser um paradigma e referência o desenvolvimento de outros sistemas de certificação internacionais, como para o turismo, a pesca e a agropecuária, no que tange ao equilíbrio de representação, transparência, controle social e padrões universais. A aplicação dos princípios e critérios do FSC por meio de um instrumento de mercado estimulou mudanças concretas na produção florestal em diversas realidades sócio-econômicas e ecológicas. Desta forma, conseguiu, de fato, ser um exemplo da possibilidade de compatibilização da produção florestal com a conservação deste recurso e da qualidade de vida de trabalhadores e comunidades, seja em plantações ou em florestas naturais. A alternativa ao boicote se mostrou possível e viável.

Todavia, além de manter as significativas conquistas, é necessário avançar para garantir a perpetuação deste instrumento, além de aprimorá-lo continuamente conforme ocorre o crescimento de seu uso e o setor florestal se dinamiza. Questões consideradas de baixa relevância na criação do FSC passaram a ganhar mais importância e precisam ser discutidas e implementadas.

É necessário haver uma maior divulgação do conceito da certificação FSC para o grande público do Brasil, mostrando a relação entre consumo e conservação ou degradação florestal. Para tanto, além de campanhas, feiras e outras iniciativas, é necessário que uma grande quantidade e variedade de produtos certificados chegue ao cotidiano das pessoas.

As partes interessadas nos processos de certificação, como trabalhadores, sindicatos, ONGs locais e comunidades necessitam estar ainda melhor informadas sobre os conceitos e as oportunidades que a certificação lhes oferece. Sem conhecimento, os mecanismos do FSC não podem ser utilizados e seu potencial transformador diminui. Um instrumento de mercado com controle social necessita da correta participação da sociedade para atingir seus objetivos. Além de influenciar as políticas do FSC, as partes interessadas devem acompanhar e contribuir com os processos de certificação. Não se trata de substituir o papel e a independência dos certificadores, mas estes realizam um trabalho melhor quando há contribuição das partes interessadas. O caráter universal dos Princípios e Critérios – P&C foi uma grande conquista, mas sua correta aplicação local passa pela interpretação de uma realidade que deve ser bem conhecida. O entendimento dos P&C, seja por empreendimentos certificados ou outras partes interessadas será um desafio constante para o sucesso do FSC.

Do ponto de vista operacional, é necessário aprimorar e diversificar os instrumentos de democratização do acesso à certificação por parte de pequenos produtores e comunidades, com a diminuição dos custos e a simplificação dos processos de certificação. Estes instrumentos já estão em curso e devem ser aprofundados. A certificação de pequenos produtores e comunidades deve passar por uma fase de mudança de escala no Brasil e demonstrar sua viabilidade econômica a longo prazo, incluindo o manejo e a certificação de múltiplos produtos da floresta. A integração das comunidades produtoras com as cadeias de produtos madeireiros e não madeireiros também contribuirá para esta mudança de escala e a consolidação do manejo florestal comunitário certificado.

O surgimento de novos certificadores, com maior presença local em áreas florestais, com a oferta de serviços de menor custo pode facilitar parte das questões limitantes ao acesso para pequenos produtores e comunidades. Para tanto, seria necessário haver procedimentos mais simples e menores custos para a acreditação de certificadores. Uma opção seria uma única acreditação para um conjunto de certificadores regionais, mas os desafios de organização, operacionais e financeiros não são simples.

No que tange a pequenos produtores no setor de plantações florestais, seria muito positivo se as empresas passassem para a fase de certificação de suas áreas de fomento. Esse pode ser o novo passo da incorporação dos benefícios da certificação ao longo da cadeia produtiva e da criação de um novo modelo de relação empresa e fomentado.

Para florestas naturais, há dois desafios, um já comentado sobre a certificação de uso múltiplo da floresta. O segundo passa por uma questão externa ao FSC, mas extremamente importante tanto para a certificação como a sobrevivência e a expansão da atividade de manejo florestal responsável: a falta de áreas com situação fundiária definida na Amazônia. Esperamos que o projeto de lei sobre gestão de florestas públicas seja uma solução real e duradoura para o problema, onde o estado brasileiro passe

definitivamente a exercer seu papel regulador e fiscalizador desta atividade.

No sistema FSC, chegou o momento de considerar aspectos ambientais e sociais na certificação da cadeia de custódia. A preocupação com o que ocorre na cadeia é cada vez maior e a mensagem do bom manejo florestal não parece ser suficiente para os consumidores mais exigentes. Ao menos questões trabalhistas e de legislação ambiental básicas devem ser incorporadas no médio prazo pelo FSC.

Ainda no desenvolvimento do sistema, a integração com outros sistemas de certificação complementares, como a orgânica ou de comércio justo deve ocorrer nos serviços de certificação, seja isoladamente por certificadores ou pelo próprio FSC, numa relação institucional com outras iniciativas.

Finalmente, seria extremamente importante a elaboração e implementação de políticas públicas, além da questão das florestas públicas, que estimulassem a certificação de empreendimentos florestais, já que este instrumento tem contribuído para a adequada utilização dos recursos florestais do país e para o desenvolvimento e projeção internacional do setor florestal brasileiro.





Ocupando, hoje, um espaço inquestionável no setor florestal mundial, o FSC é o sistema de certificação com maior credibilidade política e reconhecimento público, com o selo de maior valor no mercado internacional.



Edição e produção: *Espalhafato Comunicação*  
Programação visual: *Stefano Figalo*  
Transcrição: *Rodrigo Coutinho*  
Revisão: *Ricardo Peixoto*  
Fotos: *Carol Quintanilha* (págs. 3, 14, 15, 16, 17, 66, 84, 85, 114, 118)  
e *Arquivo Imaflora*  
Capa: *Fotos Carol Quintanilha e Arquivo Imaflora*